

Quem disse ?

«Não podemos deixar-nos deslumbrar com o exercício do Poder. É preciso abrir espaços reflexivos e críticos. O Poder pelo Poder não se justifica. O Poder só é um meio de dar resposta os valores.»

Alberto Martins
Expresso, 18 de Julho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº983 23 JULHO 1998 100\$



Director Fernando de Sousa Director-adjunto José Manuel Viegas

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/impressao/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Comissão Política marcará a data

Congresso do PS vai mobilizar todo o partido

«O próximo Congresso Nacional do PS vai ser seguramente um grande momento de mobilização de todos os socialistas», afirmou o camarada António José Seguro no final da reunião da Comissão Nacional do partido, que decorreu sábado, no Hotel Altis, em Lisboa.

Entre as mais importantes decisões tomadas ao longo da reunião, foi dado um mandato à Comissão Política Nacional do PS para fixar a data em concreto em que se realizará a reunião magna dos socialistas. Por proposta do coordenador da Permanente do PS, houve um amplo consenso no sentido de que o congresso anteceda a campanha eleitoral para o referendo sobre a criação das regiões administrativas. Por esta razão, o dia em que se iniciará o congresso também dependerá da data em que o Presidente da República, Jorge Sampaio, decidir convocar a consulta nacional sobre regionalização. Uma consulta popular em que os socialistas, como salientou António José Seguro, vão estar mobilizados e empenhados no triunfo do «sim» a esta importante reforma administrativa. Idênticos apelos, de resto, foram feitos pelo secretário-geral do PS, António Guterres, na sua intervenção inicial na abertura da reunião da Comissão Nacional do partido. António José Seguro garantiu, ainda, que o PS surgirá no referendo com uma campanha autónoma, independentemente de existirem movimentos cívicos favoráveis à regionalização e que integrem simultaneamente personalidades socialistas, comunistas, liberal-democratas e democratas-cristão.

Em termos de acções, nos próximos tempos, António José Seguro adiantou que o discurso do primeiro-ministro sobre regionalização, proferido no sábado, será passado a escrito num documento a distribuir pelos líderes de opinião de todo o território nacional. O coordenador da Comissão Permanente do PS disse ainda estar confiante no triunfo da regionalização no referendo, embora tivesse mostrado alguma preocupação com os elevados níveis de abstenção constantes em todas as sondagens.

REGIONALIZAÇÃO UNE OS PORTUGUESES E EQUILIBRA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O camarada António Guterres desmontou todos os argumentos fantasiosos dos anti-regionalistas, durante a última reunião da Comissão Nacional do PS. As linhas de orientação apresentadas pelo secretário-geral socialista sobre a criação das regiões administrativas foram depois aprovadas por unanimidade. Mantendo-se coerente em relação às promessas que fez aos portugueses, o Governo e o partido vão estar unidos na concretização da regionalização, explicando de forma pedagógica e tranquila as vantagens desta reforma estrutural administrativa.



Sociedade & País

Sistema eleitoral

Governo apresenta proposta para vigorar só em 2003



António Costa apelou terça-feira a um debate «sereno e racional» em torno da nova proposta de lei eleitoral que o Governo irá apresentar até ao final do ano, deixando bem claro que a nova legislação apenas vigorará no acto eleitoral de 2003. Para o ministro, o próximo ano político é o mais adequado para retomar uma discussão «tranquila» da revisão de um sistema que nasceu marcado pelos condicionamentos políticos da revolução de Abril de 1974.

Política

PSD e PP recorrem ao insulto e à deturpação contra Guterres



Na sequência da intervenção de Guterres sobre a regionalização, Paulo Portas e Marques Mendes actuando concertadamente, deturparam as afirmações proferidas pelo líder do PS, chamando-lhe mentiroso. Uma técnica que António José Seguro, coordenador da Comissão Permanente do PS, disse ser conhecida, mas adiantou que em democracia não vale tudo e que importa respeitar os adversários.

A importância da regionalização

O Conselho da Europa mostrou, desde sempre, um interesse decisivo pelas questões locais e regionais ao ponto de ter criado a Conferência Europeia dos Poderes Locais, mais tarde alargando o seu âmbito aos poderes regionais.

Em 1988, o Parlamento Europeu aprovou a Carta Europeia da Regionalização. Em 1991 as «Regiões da Comunidade» aprovaram uma resolução em que convidam os membros dos Estados-membros que ainda não iniciaram o processo de regionalização a proceder às modificações institucionais necessárias.

Nesta carta estabelecem-se as características das regiões como podendo revestir formas políticas diferentes e tendo atribuições em todos os domínios que podem ser melhor geridos ao nível regional que ao nível do Estado central.

Em 1994, a Divisão do Mercado Interno da Direcção-Geral da Investigação do Parlamento Europeu elaborou um estudo de preparação para a I Conferência do Parlamento Europeu / Poderes Locais na Comunidade, em que se concluiu, entre outras coisas, que:

- As regiões mais centralistas da UE estão entre as que são economicamente mais fracas;

- A eficiência das estruturas regionais e municipais terá uma grande influência na competição futura entre as regiões europeias.

A política regional da UE aponta no sentido de alcançar a coesão económica e social, pelo que um dos vectores essenciais para caminhar nessa direcção é exactamente o da redução da distância entre as diversas regiões e do atraso das regiões mais desfavorecidas. O aprofundamento da Comunidade conduziu a uma alteração crucial na posição dos órgãos regionais e locais de poder na estrutura global. A sua participação crescente no processo de decisões da UE como um contributo para a eliminação do défice democrático e para a obtenção de maior proximidade em relação aos cidadãos no quadro de uma estrutura da UE regida pela aplicação do princípio da subsidiariedade é hoje uma realidade da qual Portugal não pode, nem deve, aliar-se.

Em jeito de nota de rodapé recorde-se que dos Quinze apenas Portugal e a Grécia não estão ainda regionalizados, o que para bom entendedor...

Jorge Sampaio convoca Conselho de Estado

O Presidente da República convocou o Conselho de Estado para uma reunião no próximo dia 31 de Julho para analisar as questões relativas a Timor-Leste, revelou fonte oficial. A reunião vai realizar-se alguns dias antes da

ronda de conversações entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, que deverá ocorrer a 4 e 5 de Agosto, em Nova Iorque, sob a égide das Nações Unidas.

Conselho de Ministros suspende Regulamento de Pilotagem

O regulamento que obriga a recorrer aos pilotos para entrar e sair dos portos nacionais foi suspenso na reunião extraordinária do Conselho de Ministros de terça-feira, o que permite aos comandantes dos navios executarem eles próprios as manobras.

O ministro do Equipamento, João Cravinho, anunciou no final do Conselho de Ministros extraordinário a suspensão, através de decreto-lei enviado imediatamente para promulgação, desta disposição constante do Regulamento do Serviço de Pilotagem de Portagem de Portos e Barras.

Esta medida destina-se a minorar os efeitos duma greve de 14 dias iniciada terça-feira pelos pilotos das barras.

João Cravinho mostrou-se preocupado com «a gravidade da situação criada e a total falta de razão dos pilotos das barras do Continente, cujas exigências são completamente exorbitantes, absurdas e arbitrárias». Exemplificando os problemas que a greve está a causar ao turismo, além das dificuldades criadas no abastecimento, o ministro referiu

que um paquete com 1 200 passageiros que se dirigia a Lisboa «está neste momento a afastar-se das nossas costas», para outro destino devido à greve dos pilotos das barras.

O ministro chamou ainda a atenção para o «que os pilotos da barra pretendem é ter um governo próprio, acima das leis da República» e para o facto de a greve do sector portuário «afectar o abastecimento do País e prejudicar gravemente as exportações, estando já previstas situações de ruptura de abastecimentos vários».

«A gravidade da situação criada e a total falta de razão dos pilotos das barras do Continente, cujas exigências são completamente exorbitantes, absurdas e arbitrárias» justificam, segundo João Cravinho, a razão da decisão do Governo que foi tomada depois de «ampla consulta com toda a comunidade portuária e os agentes que intervêm neste processo com excepção dos próprios pilotos». O decreto agora aprovado foi imediatamente enviado para promulgação ao Presidente da República.

Governo vai apresentar diplomas sobre trabalho

O Governo vai apresentar na Assembleia da República depois das férias parlamentares diplomas referentes à definição do conceito de retribuição e à transposição das directivas comunitárias sobre protecção de jovens no trabalho e conselhos europeus de empresa. Em documento divulgado terça-feira pelo gabinete do ministro do Trabalho e Solidariedade, Ferro Rodrigues, o Governo compromete-se a apresentar «no início da última sessão legislativa desta legislatura» os documentos para serem discutidos e votados pelos deputados.

O documento lembra que no último Conselho de Ministros foram aprovadas três propostas de lei relativas ao regime de suspensão ou redução da prestação de trabalho ao regime jurídico do trabalho a tempo parcial e ao regime geral de contra-ordenações laborais.

«O Governo reafirma o seu propósito de continuar a cumprir o acordo de concertação estratégica, no estrito respeito das normas da Constituição e da participação activa de todos os parceiros sociais no processo legislativo», conclui o documento.

Inaugurada nova Delegação Regional de Lisboa do Instituto de Juventude

Foi inaugurada, terça-feira, por António Guterres, José Sócrates e Miguel Fontes o novo Espaço Jovem do Instituto Português da Juventude. Situada na Via de Moscavide, junto à Porta Norte da Expo-98, a nova Delegação Regional de Lisboa do Instituto de Juventude é um espaço, que envolveu um investimento de cerca de 900 mil contos, destinado a jovens nacionais e estrangeiros, dispõe de 92 camas, espaço de convívio, aconselhamento personalizado e programas variados sobre formação, animação e orientação vocacional e profissional.

Depois de visitar demoradamente o «Espaço Jovem», acompanhado pelo ministro-adjunto José Sócrates e pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, Guterres sentou-se num pátio interior onde era aguarda-

do por algumas dezenas de representantes de associações juvenis.

Durante a visita ao novo edifício do Instituto de Juventude, dotado de estúdios de meios audiovisuais e sala de fotografia, restaurante e alojamento para 92 jovens, o primeiro-ministro teve oportunidade de ver ainda demonstrações de aeromodelismo, *rappel* e escalada de parede.

Recorde-se que nos últimos anos, na área da juventude quase duplicou o investimento público (de 5,15 milhões de contos em 1994 para 9,91 milhões este ano) e mais do que duplicou o número de organizações reconhecidas, salientou Guterres, depois de, durante cerca de uma hora, ter conversado com dezenas de jovens de associações de todo o País.



ASSALTO (AD) À TELEVISÃO

O «Acção Socialista», na sua edição de 24 de Julho de 1980, noticiava que de norte a sul do País a Frente Republicana e Socialista (FRS) desdobrava-se em comícios e sessões de esclarecimento.

Os camaradas António Reis, Carlos Candal, José Manuel Galvão Teles e Catanho de Meneses eram alguns dos dirigentes nacionais que, referia o «AS», participavam nas numerosas iniciativas da FRS.

Por outro lado, era dado grande destaque a um comunicado do PS em que era denunciado o assalto por parte da AD à Comunicação Social.

Não lhe bastando toda a Imprensa privada e respectivos magnatas a fazer campanha a seu favor, a AD lançava-se numa ofensiva pelo controlo dos órgãos de Comunicação Social estatizados.

O seu especial apetite de controlo ia, obviamente, para a RTP, onde Proença de Carvalho pontificava como administrador. A RTP, então, era uma máquina de propaganda ao serviço da aliança conservadora-monárquica.

Para a história fica a liquidação do teletornal do segundo canal «informação dois», um espaço de pluralismo e de grande qualidade. O proencismo tinha chegado.

J. C. C. B.

24 de Julho

Quem disse?

«A tradição da República portuguesa é de liberalismo, sem dúvida; mas os seus grandes doutrinários apontam sempre para a República social, como a única capaz de sobreviver e de se firmar no espírito do povo. E foram leis socialistas, como a do Inquilinato, da Separação das Igrejas e do Estado e outras que mais apegaram o povo ao regime republicano.»

Raul Rego



ANTÓNIO GUTERRES

Comissão Nacional do PS

REGIONALIZAÇÃO UNE OS PORTUGUESES E EQUILIBRA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O camarada António Guterres desmontou todos os argumentos fantasiosos dos anti-regionalistas, durante a última reunião da Comissão Nacional do PS. As linhas de orientação apresentadas pelo secretário-geral socialista sobre a criação das regiões administrativas foram depois aprovadas por unanimidade. Mantendo-se coerente em relação às promessas que fez aos portugueses, o Governo e o partido vão estar unidos na concretização da regionalização, explicando de forma pedagógica e tranquila as vantagens desta reforma estrutural administrativa. As regiões não irão criar maior burocracia, nem provocar um aumento do número de cargos políticos, nem, ainda, contribuir para dividir o País. Pelo contrário, como explicou António Guterres, as regiões irão unir os portugueses, acabando com divisões artificiais já hoje existentes, racionalizará a Administração Pública e permitirá poupar dinheiro em grande parte dos investimentos realizados pelo Estado.

«Foi um discurso brilhante», comentou o presidente do PS e da Assembleia da República, Almeida Santos, logo após o fim da longa intervenção de António Guterres, sobretudo dedicada a explicar como são falsos os argumentos invocados pelas correntes radicais contra a regionalização. De resto, o primeiro-ministro terminou lançando um apelo às oposições anti-regiões, no sentido que encontrem outras críticas e que não levantem fantasmas que não existem. «Há quem se agarre a uma falsa regionalização, porque não tem conteúdo na sua política», denunciou, numa referência indirecta a dirigentes do PSD e do PP. Como o secretário-geral do PS frisou na sua intervenção, para o referendo sobre a regionalização, cuja marcação da data depende exclusivamente do Presidente da República, «não está em causa qualquer combate político», mas «uma importante tarefa pedagógica» junto dos eleitores, a quem compete decidir se esta reforma é oportuna e útil para o País. Na perspectiva do PS, acrescentou, «a regionalização permitirá tornar Portugal mais equilibrado, organizado e unido. É isso que nos move» e não o poder e pelo poder. Para já, o PS e este Governo demonstraram uma diferença significativa em relação aos restantes partidos e aos executivos que o antecederam. António Guterres lembrou, a este propósito, que todos prometeram criar as regiões administrativas no País, mas nenhuma cumpriu. Pela primeira vez, portanto, há um Governo e um partido que está disposto a levar esta reforma até ao fim, cumprindo os seus compromissos políticos e levando «a sério as promessas que faz».

Os falsos fantasmas da oposição

Durante parte substancial do seu discurso, o

secretário-geral do PS desmontou «coisas espartanósas» que tem ouvido sobre as consequências da criação das regiões administrativas, comentários que apenas podem ser resultado da ignorância de quem os profere, ou, pura e simplesmente, por má-fé. Diz-se, por exemplo, erradamente e de forma demagógica, que a regionalização serve para criar mais caciques políticos, para aumentar a classe política e para fazer crescer a despesa pública, provocando maior burocracia e agravando as contas do Orçamento. «Tudo isto é falso», frisou o primeiro-ministro, lembrando que, se tudo fosse como os seus opositores comentam, também ele seria contra a regionalização.

«Depois de tanta demagogia, é preciso dizer que existirão assembleias regionais eleitas pelas populações, que depois escolherão as respectivas juntas regionais», esclareceu, sublinhando, em seguida, que as assembleias regionais vão ser constituídas por cidadãos sem ordenado, tal como as actuais 305 assembleias municipais já existentes em Portugal. Por outro lado, no que respeita aos cargos remunerados, no total nacional, as juntas regionais terão mais 44 elementos — isto, quando as comissões de coordenação regionais (não eleitas pelo povo) já têm cerca de dois mil funcionários em todo o País. Acresce que, com a regionalização, deixa de haver 18 governadores civis, para passarem somente a oito. Portanto, concluiu António Guterres, «é falso que a regionalização crie mais cargos políticos. Isso é uma enorme fantasia». Além de não contribuir para criar mais cargos políticos, o líder dos socialistas frisou, igualmente, o carácter demagógico daqueles que exploram os perigos do fim da unidade nacional e do aumento da burocracia. «Estão em causa regiões administrativas e não políticas, que não criarão novas burocracias, mas que terão órgãos técnicos leves, partindo de serviços regionais que já existem e combatendo a actual forma caótica de 64 modelos de organização distintos ao nível da Administração Central periférica», explicou.

Combater os jogos de interesses

Contrariamente a aspectos propagandeados pelos opositores das regiões, António Guterres defendeu que a reforma pretendida pelo PS e pelo Executivo visa constituir «um elemento de coesão e não de divisão entre os portugueses». E, como prova de que assim acontecerá, até mais do que no presente, recordou os jogos de interesse e as rivalidades entre o Norte e Sul, ou entre Lisboa e o Porto. Ora, «em Portugal também existem transmontanos, alentejanos, minhotos, algarvios e beirões». A questão da ausência da regionalização, por outro lado, é precisamente mais sensível em Lisboa, já que, segundo António Guterres, esta região, por ser sede do Governo nacional, tem demonstrado uma inequívoca incapacidade para se organizar em termos de planeamento e de prioridades de investimento. Para os adversários da regionalização, por isso, o primeiro-ministro pediu que se informem sobre aquilo que será esta reforma, que leiam os textos dis-

poníveis e não condenem o Governo por tentar esclarecer os cidadãos. De resto, o secretário-geral do PS trouxe à memória que também o Governo da AD, no início da década de 80, editou um «livro branco» sobre a regionalização. Ou seja, como salientou António Guterres, «aqueles que pretendem reeditar uma espécie de AD são os mesmos que nos condenam».

Ainda em defesa da regionalização, o líder dos socialistas ainda invocou que todos os países da União Europeia, com as excepções de Portugal e da Grécia, têm regiões, o que prova

que este modelo de organização administrativa não é encarado como um factor nefasto. Isto, depois de ter reconhecido a enorme dificuldade que o seu Governo tem para coordenar a multiplicidade de organismos da Administração Central espalhados por todo o território nacional. «Quando dizem que as regiões vão retalhar o país, mentem». Pelo contrário, de acordo com António Guterres, «o país já está retalhado e da pior maneira». As regiões, acrescentou, «serão também um elemento fundamental de cidadania, reponsabilizando e aumentando a participação das pessoas».

REGIONALIZAÇÃO

A propósito da importância das regiões

PSD E PP RECORREM AO INSULTO E À DETURPAÇÃO CONTRA GUTERRES

Depois da intervenção do secretário-geral do PS com argumentos claros em defesa da criação das regiões administrativas, o PSD e o PP sentiram-se ameaçados e decidiram recorrer ao insulto e ao ataque pessoal contra o primeiro-ministro. Paulo Portas e Marques Mendes actuaram concertados, deturpando as afirmações proferidas pelo líder do PS e depois chamando-lhe mentiroso. Uma técnica que António José Seguro, coordenador da Comissão Permanente do PS, disse ser conhecida, mas adiantou que em democracia não vale tudo e que importa respeitar os adversários.

«Perante um intervenção serena e pedagógica do António Guterres», na última Comissão Nacional do PS, «o PSD e o PP recorreram ao ataque pessoal e ao insulto ao secretário-geral dos socialistas e ao primeiro-ministro de Portugal», protestou António José Seguro segunda-feira passada, em conferência de imprensa.

O coordenador da Comissão Permanente do PS acusou também esses dois partidos de terem deturpado as afirmações proferidas pelo líder dos socialistas, que nunca admitiu a hipótese de os fundos europeus acabarem se o País continuasse sem regiões administrativas.

Servindo-se de imagens televisivas referentes à reunião Comissão Nacional do PS, o dirigente nacional do PS demonstrou que António Guterres disse o seguinte no passado sábado: «Se nós não estivermos organizados a nível regional, nós corremos o risco de, no futuro, vir a ter cada vez maior dificuldade no diálogo em relação aos fundos europeus para Portugal». Em conclusão, como salientou António José Seguro, «é inadmissível que se atribuam afirmações falsas e depois se venha chamar mentiroso ao primeiro-ministro». Uma táctica que disse ser habitual num dos líderes da

oposição. Só que, adiantou, «o primeiro-ministro de Portugal merece mais respeito».

Aliás, de acordo com o mesmo dirigente dos socialistas, este ataque lançado pelo PSD e pelo PP «não foi ingénuo», tratando-se, antes, de «uma mentira concertada». No entanto, em democracia, acrescentou, «tem que haver respeito pelos adversários. E o PSD e o PP não tiveram respeito, nem escrúpulos em falar à verdade».

Depois, António José Seguro provou que as declarações correctas proferidas por António Guterres correspondem totalmente à verdade. «Em primeiro lugar, porque Portugal terá um maior peso negocial na Europa se existirem regiões no continente. Actualmente, só as regiões dos Açores e da Madeira estão representadas no Comité das Regiões. Se já existissem regiões no continente, estas também estariam representadas no Comité Europeu das Regiões e funcionariam como "lobbies" regionais com mais influência para defender os interesses das suas populações, facilitando a acção do respectivo Governo, nomeadamente na defesa dos fundos europeus para Portugal, que, como se sabe, são em grande parte de carácter regional».

Mas António José Seguro invocou ainda um segundo exemplo de como as afirmações do primeiro-ministro são correctas, começando então por lembrar que, neste momento, o Governo se bate em Bruxelas pela continuação de existência de fundos estruturais para a região de Lisboa e Vale do Tejo no objectivo 1. «Se existisse uma região, com órgãos eleitos, ela própria poderia ajudar o Governo nessa missão», frisou. Como exemplo do passado, o coordenador da Comissão Permanente dos socialistas lembrou que a acção dos governos regionais dos Açores e da Madeira «foi importante para serem consideradas regiões ultraperiféricas e, por essa via, terem um estatuto especial na Europa». Como se vê, concluiu, «a frase do secretário-geral do PS é do mais elementar bom senso e foi proposadamente deturpada pelo PSD e pelo PP».

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADJUNTO – O ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, visitou, no dia 17, as instalações do Instituto do Consumidor (junto à Porta do Sol da Exposição Mundial de Lisboa), onde fez o ponto da situação sobre as medidas tomadas para assegurar a protecção dos interesses e direitos do consumidor na Expo'98.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL – O secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, José Augusto de Carvalho, presidiu, no dia 21, à celebração de 13 protocolos com outras tantas instituições do distrito de Santarém, no edifício-sede do Governo Civil do Distrito de Santarém. Os referidos protocolos envolvem uma comparticipação do Estado de cerca de 65 mil contos e inserem-se no âmbito do PIDDAC do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, que dispõe de um instrumento de financiamento destinado a comparticipar obras com um orçamento até dez mil contos, em associações de natureza cultural, recreativa e desportiva, bem como instituições religiosas.

AGRICULTURA – O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Gomes da Silva, inaugurou, no dia 17, em São Teotónio, a Feira de Actividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira (FACECO'98), dirigindo-se, depois, para o Auditório da Feira, onde decorreu uma sessão de esclarecimento com agricultores da região.



AVEIRO – O governador civil de Aveiro, Antero Gaspar, presidiu, no dia 18, à inauguração da pista de atletismo no Parque Desportivo de Sanfins, onde também descerrou uma placa alusiva ao evento, bem como à abertura da 23ª edição das Miniolimpiadas do Conselho de Santa Maria da Feira.

Mais tarde, no mesmo dia, Antero Gaspar presidiu à cerimónia de abertura oficial da Feira Industrial, Comercial, Agrícola e de Artesanato de Sever do Vouga (Ficavouga'98).

CULTURA – O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, esteve presente, no dia 18, na cerimónia de entrega ao escritor Rui Nunes do Grande Prémio de Romance e Novela'98 da Associação Portuguesa de Escritores, que decorreu no estúdio 13, no empreendimento de Tróia.

Mais tarde, ainda no sábado, Manuel Maria

Carrilho assistiu, no palco grande da Escola D. António Costa, em Almada, ao encerramento oficial da XV edição do Festival Internacional de Teatro de Almada, visionando ainda a peça «Viagem ao Centro da Terra», de Júlio Verne, pela companhia chilena, La Troppa.

EQUIPAMENTO – O secretário de Estado adjunto do ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território, Consiglieri Pedroso, garantiu, no dia 17, em Lisboa, que a penalização da concorrência desleal, o rigor no acesso à actividade, uma maior transparência e um regime de contra-ordenação mais justo são as principais linhas de acção da nova regulamentação para actividade de mediação imobiliária.

Consiglieri Pedroso falava no decorrer da primeira conferência internacional de imobiliário, onde, em declarações à Comunicação Social adiantou que os quatro diplomas para o sector imobiliário, cuja elaboração está neste momento na fase final, serão, ainda, sujeitos a uma consulta pública, a realizar a quando da «reentré política».

O secretário de Estado adjunto frisou ainda que na base da elaboração dos novos diplomas esteve, essencialmente, a «preocupação» de atribuir maior credibilidade à actividade de mediação e à defesa dos direitos do consumidor, considerou.

Preocupação que - referiu - levou o Governo a incluir na legislação medidas mais «rigorosas» no que respeita às condições de acesso à profissão e também no combate à prática da actividade sem a devida acreditação.

JUSTIÇA – O ministro da Justiça, Vera Jardim, visitou, no dia 17, o Espaço Inter-Religioso da Expo'98 a convite de responsáveis de várias igrejas e comunidades religiosas.

JUVENTUDE - O secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, classificou, no dia 18, o I Encontro Europeu de Jovens Luso-Descendentes, que decorreu em Aveiro, como uma iniciativa notável que poderá dar frutos.



Miguel Fontes, em declarações à Imprensa no final da cerimónia de lançamento da Rede Nacional de Informação Juvenil (RNJ) aos jovens luso-descendentes, que se realizou na Expo'98, declarou que já existem propostas no sentido de se criar uma federação de jovens europeus luso-descendentes.

«Sei que já há propostas para que este encontro de jovens luso-descendentes não seja

esporádico e venha a ser instituído», acrescentou.

Segundo Miguel Fontes, a ideia de criar uma federação «atesta a vontade dos jovens em manter e afirmar a dupla nacionalidade mas, sem perder os laços a Portugal e o interesse de partilhar esta condição, juntando-se em torno de objectivos comuns como a Língua e a Cultura portuguesas».

Por outro lado, afirmou que o lançamento da RNJ aos jovens luso-descendentes tem como principal objectivo colmatar a falta de informação ligada a Portugal, com que os jovens luso-descendentes se debatem nos países de acolhimento.

A Rede Nacional de Informação Juvenil para as comunidades luso-descendentes residentes no estrangeiro foi lançada, no passado sábado, no Pavilhão de Território da Expo'98, numa iniciativa da Secretaria de Estado da

Juventude e do Instituto Português da Juventude.

PRODUÇÃO AGRO-ALIMENTAR – O secretário de Estado da Produção Agro-Alimentar, Cardoso Leal, assistiu, no dia 15, em Lisboa, à simulação do funcionamento novo sistema informático de que dispõe o Ministério do Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, englobando equipamento para a transmissão de dados e voz móveis, para ao serviço de controlo dos produtos hortofrutícolas frescos.

O projecto desenvolvido no âmbito do programa de normalização e implementado com a colaboração da Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, irá servir os serviços centrais e regionais do ministério e visa tornar mais simples e eficaz o trabalho de fiscalização dos operadores.

CONSELHO DE MINISTROS Reunião de 16 de Julho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que regula o tratamento dos dados pessoais e a protecção da privacidade no sector das telecomunicações (transpõe a directiva n.º 97/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro de 1997);
- Uma proposta de lei que altera os artigos 13º e 14º do decreto-lei n.º 398/83, de 2 de Novembro, adita o artigo 15º-A e revoga o n.º 3 do artigo 5º do mesmo diploma com o propósito de facilitar o recurso ao regime de suspensão ou redução da prestação de trabalho, bem como favorecer a viabilização das empresas e a manutenção dos postos de trabalho, através da diminuição da compensação salarial a cargo da entidade patronal e da criação de incentivos à frequência de acções de formação profissional adequadas a essa viabilização e à manutenção dos postos de trabalho ou ao aumento da empregabilidade dos trabalhadores;
- Uma proposta de lei que define o regime jurídico do trabalho a tempo parcial e estabelece incentivos à sua dinamização;
- Uma proposta de lei que aprova o regime geral das contra-ordenações laborais;
- Um decreto-lei que reformula o sistema nacional de facilitação e segurança da aviação civil, designadamente a Comissão Nacional FAL/SEC. Revoga o decreto-lei n.º 134/95, de 9 de Junho;
- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 226/83, de 27 de Maio, estabelecendo restrições ao uso do tabaco em instalações de acesso ao transporte em metropolitana;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva 93/35/CEE, do Conselho, de 14 de Junho de 1993 e a Directiva 95/17/CE, da Comissão de 19 de Junho de 1995, que estabelecem o regime jurídico dos produtos cosméticos e de higiene corporal, criando a Comissão Técnico-Científica de Cosmetologia;
- Um decreto-lei que altera o artigo 10º do decreto-lei n.º 868/76, de 28 de Dezembro, que estabelece as fontes de receita do Museu do Ar;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e a República da Croácia sobre a Cooperação nos domínios da Cultura, da Educação e da Ciência;
- Um decreto regulamentar que atribui nova redacção aos artigos 3º, 9º e 10º do decreto regulamentar n.º 8/90, de 6 de Abril, diploma que disciplina o serviço de receptáculos postais e estabelece as normas a observar na sua instalação, utilização e conservação;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município da Covilhã;
- Uma resolução que aprova a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) do município de Avis;
- Uma resolução que ratifica a alteração às plantas de ordenamento do Plano Director Municipal de Almada, ratificado pela resolução do Conselho de Ministros n.º 5/97, de 14 de Janeiro;
- Uma resolução que cria uma nova estrutura de dinamização e acompanhamento do Plano Regional de Turismo do Algarve (PRTA);
- Uma resolução que nomeia Álvaro João Duarte Pinto Correia como vogal do Conselho da Administração da Caixa Geral de Aposentações;
- Uma resolução que nomeia Paulo Jorge Peralta Carpinteiro como Administrador do Programa SAJE;
- Uma resolução que nomeia Alberto Eduardo da Silva Melo coordenador do grupo de missão para o desenvolvimento da educação e formação de adultos.

CLARIFICAR E DINAMIZAR TRABALHO A TEMPO PARCIAL

O Governo deu luz verde, na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada no dia 16, em Lisboa, ao diploma que define o regime jurídico do trabalho a tempo parcial e estabelece incentivos à sua dinamização.

A proposta de lei, a enviar à Assembleia da República, tem por fim a regulamentação da prestação de trabalho a tempo parcial, modalidade contratual de crescente utilização nacional e internacional, com o intuito de melhorar o mercado do emprego e de reduzir o desemprego, com a devida salvaguarda dos direitos dos trabalhadores.

Com a clarificação deste regime, procura-se dar satisfação às necessidades dos empregadores, possibilitando o funcionamento dos estabelecimentos por períodos superiores à duração do trabalho consagrada e melhorando a competitividade das empresas, bem como às dos trabalhadores, permitindo-lhes conciliar a prestação de trabalho com as responsabilidades familiares, os estudos ou outras actividades. Nos termos da proposta, pretende-se que o trabalho a tempo parcial seja voluntário e



reversível, com a igualdade ou proporcionalidade de direitos em relação à prestação de idêntico trabalho a tempo completo.

Por outro lado, são contempladas medidas tendentes à dinamização do trabalho a tempo parcial, através da concessão de incentivos à alteração do tempo de trabalho, incentivos à contratação de trabalhadores para partilha de postos de trabalho, incentivos à criação de postos de trabalho e instituição de apoios financeiros à contratação a tempo parcial.

Assim, como incentivos à contratação de trabalhadores para partilha de postos de trabalho ou à contratação de trabalhadores com criação de postos de trabalho, estabelece-se a redução da taxa de contribuição ou mesmo, no caso de contratos, sem termo, com jovens à procura do primeiro emprego ou desempregados de longa duração. A dispensa de pagamento de contribuições.

Instituiu-se, também, o subsídio de desemprego parcial, atribuído nos casos em que o valor da remuneração a auferir pela celebração do contrato de trabalho a tempo

parcial seja inferior ao do subsídio de desemprego.

O montante do subsídio de desemprego parcial corresponde à diferença entre o valor do subsídio de desemprego acrescido de 25 por cento e o da remuneração pelo trabalho a tempo parcial, até ao limite do subsídio de desemprego.

Visa-se impedir ou obstar à verificação de situações de recusa de aceitação por parte do trabalhador de celebração de contrato de trabalho a tempo parcial com fundamento na diminuição da remuneração que auferia com a atribuição da prestação do subsídio de desemprego, durante o período legal. Desta forma se promove a sua inserção na vida activa e a sua participação activa no processo produtivo.

Noutra vertente e com o mesmo objectivo, para efeitos de formação da carreira contributiva, estabeleceu-se que o montante da remuneração a registar, nas situações de cumulação de remuneração por trabalho a tempo parcial com o subsídio de desemprego, não pode ser inferior à remuneração de referência que serviu de base ao cálculo do subsídio de desemprego.

NOVO REGIME GERAL DAS CONTRA-ORDENAÇÕES LABORAIS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 16, em Lisboa, uma proposta de lei que estabelece um novo quadro jurídico para a regulamentação e penalização das contra-ordenações laborais.

O diploma, a enviar à Assembleia da República, visa criar um regime geral das contra-ordenações laborais, incluindo, desde logo, uma definição de contra-ordenação laboral, o que até agora não existia.

Por outro lado, esta proposta vem também estabelecer uma moldura geral quanto ao valor das coimas, baseada na gravidade das infracções, na dimensão das empresas e no grau de culpa do infractor, sendo a variável relativa à dimensão da empresa um elemento inovador no âmbito das contra-ordenações laborais.

O valor das coimas aplicáveis são, assim, determinadas em função da classificação da infracção, do escalão de dimensão da empresa e do grau de culpa - negligência ou dolo - do infractor.

Com base na sua gravidade, as infracções são classificadas em leves, graves e muito graves. Na dimensão das empresas distinguem-se quatro escalões em função do número de trabalhadores e do volume de negócios, isto é, micro, pequenas, médias e grandes empresas.

Neste contexto, as multas variam entre os valores mínimos de 20 e 70 contos, para

as micro, pequenas e médias empresas, e entre 35 e 125 contos, para as grandes empresas, em caso de infracção leve negligente.

Os valores máximos das coimas variarão entre de 600 contos e 1 500 contos, para as microempresas; e entre 2 570 contos e nove mil contos, para as grandes empresas, no caso de infracção grave dolosa. As quantias a pagar serão actualizadas de três em três anos, com base na inflação. Ainda nos termos da proposta, a legislação de segurança, higiene e saúde, de direito sindical ou de greve pode aumentar para o dobro o valor máximo das coimas aplicáveis a infracções muito graves.

Numa outra vertente, regula-se a reincidência nas contra-ordenações laborais, criando-se um registo individual dos sujeitos responsáveis pelas contra-ordenações mais graves que podem constituir o pressuposto da reincidência.

Por fim, refira-se que o processo das contra-ordenações laborais mantém grande parte do regime actual. O regime do auto de advertência é desenvolvido, dentro da orientação de que a inspecção do trabalho exerce uma acção de esclarecimento procurando assegurar o cumprimento das normas, através de procedimentos de verificação do acatamento das recomendações feitas no auto de advertência.

INCENTIVAR QUALIFICAÇÃO PROGRESSIVA PARA O TRABALHO

Facilitar o recurso ao regime de suspensão ou redução da prestação de trabalho, bem como favorecer a viabilização das empresas e a manutenção dos postos de trabalho, são os propósitos da proposta de lei aprovada, no dia 16, em reunião do Conselho de Ministros.

Os alvos do diploma, a remeter à Assembleia da República, prevê-se que sejam atingidos através da diminuição da compensação salarial a cargo da entidade patronal e da criação de incentivos à frequência de acções de formação profissional adequadas a essa viabilização e à manutenção dos postos de trabalho ou ao aumento da empregabilidade dos trabalhadores.

Esta proposta de lei altera os artigos 13º e 14º do decreto-lei n.º 398/83, de 2 de Novembro, adita o artigo 15º-A e revoga o n.º 3 do artigo 5º do mesmo diploma.

Neste contexto, elimina-se a preferência legal em favor da redução e diminui-se a parte da compensação salarial a cargo das entidades patronais. A redução será maior desde que os empregadores utilizem os períodos de redução ou suspensão de modo a os trabalhadores frequentem acções de formação profissional adequadas a viabilizar a empresa e a manter os postos de trabalho, ou ainda a desenvolver a sua qualificação profissional, de acordo com planos previamente aprovados.

Assim, a compensação salarial devida a cada trabalhador será suportada em 30 por cento do seu montante pela entidade empregadora e em 70 por cento pelo Orçamento da Segurança Social.

No caso de, durante o período de redução ou suspensão, os trabalhadores frequentarem cursos de formação profissional adequados à finalidade de viabilização da empresa, de manutenção dos postos de trabalho ou de desenvolvimento da qualificação profissional dos trabalhadores que aumente a sua empregabilidade, em conformidade com um plano de formação aprovado por serviços públicos, a compensação salarial será suportada por estes serviços e, até ao máximo de 15 por cento, pela entidade empregadora enquanto decorrer a formação profissional. São, também, asseguradas a informação e consulta dos trabalhadores para que a elaboração do plano de formação possa ter em conta os seus interesses, bem como a informação periódica das estruturas representativas dos trabalhadores sobre a evolução da situação da empresa no que respeita aos motivos que determinaram a redução ou a suspensão do trabalho.

As alterações constantes do presente projecto estão previstas no Acordo de Concertação Estratégica e foram apreciadas pelos parceiros sociais no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social.

AÇORES PODEM BENEFICIAR DE REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

O comissário europeu Leon Brittan referiu no dia 16, no plenário de Estrasburgo, a propósito do sismo nos Açores, que o orçamento comunitário para 1998 prevê a possibilidade de reorientar os créditos dos fundos estruturais no âmbito do Objectivo 1. O comissário revelou haver já contactos com as autoridades regionais dos Açores, as quais fizeram um pedido de apoio à União Europeia, que está em análise.

A resolução aprovada pelo plenário de Estrasburgo lamenta as perdas humanas e todos os danos pessoais e materiais e pede o reforço e a reprogramação de alguns dos programas comunitários de que a região beneficia, de forma a que, em colaboração com os Governos Regional dos Açores e da República, se possa fazer face aos prejuízos, particularmente nas ilhas do Faial, S. Jorge e Pico.

Numa intervenção que efectuou no plenário, o eurodeputado socialista Quinídio Correia considerou que são agora necessárias «acções concretas que se materializem num apoio directo e imediato ao Governo aos cidadãos, por forma a reconstruir não só as infra-estruturas de utilidade pública, mas também as habitações para famílias envelhecidas e sem recursos

económicos».

Por sua vez, o eurodeputado socialista José Apolinário considerou que a repetição destes fenómenos prova bem a especificidade destas regiões ultraperiféricas e exige da parte da Comissão iniciativas que dêem corpo à sua consagração no Tratado de Amsterdão, nomeadamente nas áreas da política regional, agricultura, pescas, transportes e energia.

José Apolinário sublinhou ainda que «a renovação urbana e o realojamento de populações no caso de catástrofes naturais justificam que no âmbito do FEDER estas medidas sejam elegíveis, abrindo apoios ao investimento na área da habitação».

Acrescentou que «a actual reforma dos regulamentos dos fundos é uma boa oportunidade para abrir essa porta».

A resolução, encabeçada pelos socialistas enquanto maior grupo no PE, refere também «a pronta ajuda das autoridades locais, regionais e nacionais, o empenho do Governo Regional e do Governo da República, autarcas e serviços camarários, bombeiros, autoridades policiais e militares, serviços de protecção civil, bem como de outras organizações privadas e a solidariedade da população em geral».

PME COMO FACTOR DE CRESCIMENTO

«Pequenas e médias empresas - factor de crescimento», foi o tema de um seminário realizado pelo Grupo Socialista no Parlamento Europeu e que contou com a presença de vários eurodeputados, do comissário responsável pelas políticas empresariais, Christos Papatsts, técnicos, empresários e governantes, entre os quais o secretário de Estado dos Assuntos Económicos,

Vítor Ramalho.

O seminário, que foi encerrado por Rudolf Edlinger, ministro das Finanças austríaco e actual presidente do Conselho de Ministros da UE, foi organizado em quatro grupos de trabalho: «Tornar as PME mais competitivas»; «Facilitar o acesso ao crédito e ao capital»; «Melhorar a consultadoria»; «Aproveitar o mercado único e o euro».

EUROPA DEVE APOSTAR NO TÊXTIL

A eurodeputada socialista Helena Torres Marques, numa intervenção que efectuou na semana passada no plenário de Estrasburgo, considerou que «o sector têxtil de qualidade tem futuro na Europa», acrescentando que «a necessidade de manter o emprego e inverter o défice comercial conduz a que a União Europeia aposte forte neste sector».

Helena Torres Marques falava a propósito de um relatório sobre o plano de acção para a competitividade da indústria europeia do têxtil e do vestuário.

Segundo sublinhou a eurodeputada socialista, a situação do emprego neste sector é das que mais tem prejudicado a taxa de desemprego europeia.

Assim, adiantou que de 1990 a 1996 registaram-se 600 mil novos desempregados, dos quais 100 mil só em 1996, estando prevista a continuação do desemprego nos próximos anos em 800 mil postos de trabalho.

Sobre o relatório, também o eurodeputado socialista Torres Couto apresentou uma declaração, na qual considera que «a pressão



competitiva de países terceiros e os subsídios que têm estimulado a deslocalização das actividades de trabalho intensivas para os países de Leste e mediterrânicos têm consequências muito negativas no têxtil do Sul da Europa, pelo que se exige a adopção de um verdadeiro plano de acção, o que não acontece nesta iniciativa da Comissão, que não contempla as medidas nem o financiamento adequado».

REFORÇO DA EMPREGABILIDADE

«As despesas públicas com a educação e a formação profissional não deveriam, nos países mais pobres da União Europeia, como Portugal, contar para efeitos de défice orçamental em termos de Pacto de Estabilidade», defendeu o eurodeputado socialista Barros Moura, num seminário organizado pelo Grupo Socialista sobre a «Reforma do Estado-Providência e Emprego».

Para Barros Moura, com a criação da União Económica e Monetária é fundamental reforçar as políticas económicas e monetárias em que o princípio-base seja a promo-

ção do emprego e o combate ao desemprego.

Por outro lado, acrescentou, «passando o reforço da competitividade pela maior qualificação do trabalho e da sua adaptabilidade à mudança tecnológica, é indispensável apoiar com fundos europeus o reforço da empregabilidade através da melhoria da educação de base e da formação profissional».

De salientar que neste seminário participaram também os ex-primeiros-ministros espanhol e francês, respectivamente, Felipe González e Michel Rocard.

PUNIÇÕES CONTRA PORNOGRAFIA INFANTIL

A Áustria, que exerce actualmente a presidência da União Europeia, vai pedir aos seus parceiros medidas conjuntas contra a utilização da Internet na divulgação da pornografia infantil.

Em declarações ao jornal «Neue Kronenzeitung» publicadas no dia 20, o ministro austríaco do Interior, Karl Schloegl, afirmou: «Não necessitamos só de uma estratégia europeia, mas também mundial.»

Segundo o político socialista, a quase totalidade (99,9 por cento) do material pornográfico infantil entra na rede através de países estrangeiros, sobretudo Estados

Unidos e Japão.

Karl Schloegl anunciou um conjunto de medidas imediatas que o seu Governo vai implementar e revelou que os austríacos vão poder ligar para o Ministério do Interior sempre que pretenderem denunciar a presença, na rede, de material pornográfico desta natureza.

Recorde-se que o flagelo da pornografia infantil voltou à actualidade depois da recente descoberta, na Holanda, de um vasto conjunto de imagens que eram difundidas, através da Internet, para um grupo regular de energúmenos.



COMUNICAÇÕES MAIS SEGURAS E SIGILOSAS

A proposta de lei que regula o tratamento dos dados pessoais e a protecção da privacidade no sector das telecomunicações foi aprovada, no dia 16, pelo Executivo, na reunião de Conselho de Ministros.

O diploma transpõe a directiva n.º 97/66/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro de 1997.

A lei proposta aplica-se ao tratamento de dados pessoais em ligação com a oferta de serviços de telecomunicações acessíveis ao público nas redes públicas de telecomunicações, nomeadamente através da Rede Digital com Integração de Serviços (RDIS) e das redes públicas móveis digitais.

À semelhança do que se encontra previsto na Lei de Protecção de Dados Pessoais, as excepções que se mostrem necessárias para protecção da segurança do Estado, da defesa, da segurança pública e da prevenção, investigação ou repressão de infracções penais constarão de legislação específica.

A adopção de medidas técnicas e organizacionais necessárias a garantir a segurança dos serviços de telecomunicações, bem como a confidencialidade e o sigilo das comunicações, é imposta pela directiva aos prestadores de serviços e aos operadores de rede.

Assim, é proibida a escuta, a colocação de dispositivos de escuta, o armazenamento ou outros meios de interceptação ou vigilância de comunicações por terceiros, sem o consentimento expresso dos utilizadores, com excepção dos casos previstos na lei. Noutra vertente, e apesar de se manter, e mesmo aprofundar, o princípio do anóni-



mo, com a possibilidade de, através de um meio simples e gratuito, e por chamada, eliminar a apresentação da identificação da linha chamadora, possibilita-se também a anulação de tal eliminação, por um período de tempo não superior a 30 dias, a pedido de um assinante que pretenda determinar a origem de chamadas mal intencionadas ou inconvenientes, caso em que os números de telefone dos assinantes chamadores são registados e comuni-

cados ao assinante chamado pelo operador da rede pública de telecomunicações ou pelo prestador do serviço de telecomunicações acessível ao público.

A proibição de escuta ou de colocação de dispositivos de escuta não se aplica, no entanto, à gravação de comunicações no âmbito de práticas comerciais lícitas, designadamente para efeito de prova de uma transacção comercial; a proposta de lei exige, no entanto que o titular dos da-

dos tenha sido previamente informado da gravação e que nela tenha expressamente consentido.

A directiva prevê que os dados de tráfego devam ser apagados ou tornados anónimos após a conclusão da chamada e permite, apenas para efeitos de facturação, a conservação dos dados que são considerados relevantes para o efeito, o que foi respeitado por este diploma.

Consagra-se o direito de o assinante optar por facturação detalhada ou não e, para protecção da privacidade dos utilizadores não assinantes, solicitar que a facturação omita os quatro últimos dígitos, direito este que, para o serviço fixo, é já reconhecido no artigo 35º do decreto-lei n.º 240/97, de 18 de Setembro.

Igualmente se consagra, como garantia do direito à privacidade que chamadas facultadas a título gratuito, designadamente para serviços sensíveis como o SOS-Sida, o SOS-Droga ou outros similares, não constem da facturação detalhada.

A proposta de lei estabelece que os assinantes têm o direito de o seu nome ou endereço não figurarem nas listas telefónicas, bem como de se oporem a que os seus dados sejam utilizados para fins de *marketing* directo. A proposta de lei prevê também que o direito de omissão seja extensivo a pessoas colectivas sem fim lucrativo, mas não às sociedades comerciais, na medida em que faz parte da própria essência da segurança do comércio jurídico a publicidade da sua existência e do seu endereço.

Prevê-se, ainda, um regime sancionatório em sintonia com o que foi proposto na Lei de Protecção de Dados Pessoais.

AFASTADO DE VEZ FANTASMA NUCLEAR ESPANHOL

O presidente do Instituto de Conservação da Natureza (ICN) anunciou, no dia 17, em Bragança, que as autoridades espanholas afastaram de vez o projecto nuclear no Douro Internacional ao retomarem o processo de criação do Parque Natural das Arribas del Duero.

Em declarações à Imprensa, Carlos Guerra salientou que o Governo espanhol, ao retomar este processo, que durante três anos esteve suspenso, «comprometeu definitivamente o projecto nuclear no Douro Internacional».

O presidente do ICN falava no Mogadouro, num encontro com dirigentes dos parques naturais de todo o País para definição de

estratégias para as áreas protegidas. Portugal decidiu avançar com a criação do Parque Natural do Douro Internacional, cuja apresentação pública será feita a 31 de Julho, no Mogadouro, pelo primeiro-ministro, António Guterres, em parte com o objectivo de evitar a ameaça nuclear espanhola na zona fronteiriça do rio Douro.

A criação desta área protegida, que engloba os concelhos de Mogadouro, Miranda do Douro, Freixo de Espada a Cinta e Figueira de Castelo Rodrigo, decorreu num processo concertado com a Espanha, de forma a que também do lado espanhol do Rio Douro se procedesse à criação de um parque natural, o de Arribas del Duero, na zona fronteiriça.

Segundo Carlos Guerra, a Espanha antecipou-se a Portugal no processo de criação do parque natural no Rio Douro, mas a sua suspensão levou a que as autoridades portuguesas o concluíssem primeiro. Essa suspensão levou os ambientalistas espanhóis a suspeitar que se «tratava de uma estratégia do governo espanhol para levar em frente o projecto de instalação de um cemitério nuclear em Aldeadavila», explicou.

Seguiram-se várias acções de contestação de autarcas, ambientalistas e populações dos dois países e, segundo o presidente do ICN, o Governo português tem agora garantias de que «o processo de criação da área protegida foi retomado pelas auto-

ridades espanholas».

Segundo Carlos Guerra, ao reabrir o processo do parque, «o projecto dos resíduos nucleares fica completamente comprometido em termos comunitários». Este responsável frisou que as informações disponíveis por parte das autoridades de Castilla e León indicam que «se vai avançar rapidamente com a criação do parque das Arribas del Duero».

O presidente do ICN adiantou que as autoridades portuguesas e espanholas já estabeleceram conversações sobre a criação dos parques, tendo já chegado a acordo sobre algumas questões, nomeadamente o símbolo de identificação dos parques, que será comum às duas áreas protegidas.

ENSINO

Universidades públicas

GOVERNO NÃO RECEIA AUTONOMIA

O secretário de Estado do Ensino Superior, Alfredo Jorge Silva, afirmou, no dia 20, em Braga, que «o Governo não tem receio de aprofundar a autonomia das universidades públicas».

«O Governo está a passar rapidamente de uma tutela regulamentadora para uma tutela de regulação e não teme esse processo, porque simultaneamente exige mais responsabilização às universidades, com auditorias externas de dois em dois anos», afirmou.

O governante falava aos jornalistas à margem da posse do novo reitor da Universidade do Minho, Licínio Chainho Pereira, que sucede a Sérgio Machado dos Santos.

Alfredo Jorge Silva comentava declarações do reitor cessante, Sérgio Machado dos Santos, que apontou o perigo de as autonomias virem a sofrer retrocessos.

O secretário de Estado salientou que «o Governo deu às universidades a possibili-



dade de aprofundarem a sua autonomia no campo da gestão patrimonial, de pessoal e financeira, mas com um grau de

responsabilização acrescido, já que funcionam como institutos públicos com um grau de autonomia extremo, podendo

inclusivamente alienar o seu próprio património».

«As universidades fizeram tudo para merecer este grau de autonomia, regozijaram-se com ele, trabalharam para ele, pelo que o Ministério da Educação vai continuar a criar condições para o seu aprofundamento», referiu.

O reitor cessante, que havia elogiado as medidas conducentes à autonomia tomadas pela actual equipa do ministério, chamou a atenção para o facto de a autonomia de gestão das universidades não estar ainda suficientemente consolidada.

«Há que evitar ceder a possíveis tentações de natureza conjuntural desinseridas da lógica acordada e que possam pôr em risco o edifício construído, por abalarem as suas estruturas de suporte», avisou, frisando que «a Universidade do Minho, que sempre se bateu pela autonomia, está bem preparada para enfrentar este desafio».

EDUCAÇÃO

Ensino Superior

GENERALIZAÇÃO DE RESIDÊNCIAS PARA ESTUDANTES

O ministro da Educação, Marçal Grilo, anunciou, no dia 17, em Viana do Castelo, a intenção de alargar a todo o País as «cooperativas de habitação» para estudantes, na sequência da experiência em curso há dois anos em Coimbra.

«A Câmara de Lisboa está profundamente empenhada em colaborar nesta iniciativa, tendo em vista revitalizar certas zonas da cidade através da criação de residências mais pequenas e personalizadas, que poderão ser chamadas de "repúblicas modernas"», afirmou.

Marçal Grilo acrescentou que este processo poderá também envolver as associações académicas e os serviços sociais.

O ministro da Educação falava na inauguração da nova residência para estudantes de Viana do Castelo, situada junto à Escola Superior da Educação.

O edifício, orçado em 200 mil contos, tem capacidade para 120 alunos e entra em funcionamento no próximo ano lectivo.

O titular da pasta da Educação revelou que, em Setembro, vai promover um encontro com a Associação Académica e a Câmara de Lisboa, tendo em vista «encontrar soluções para o problema das habitações dos estudantes».

«Nas grandes cidades há muitos estudantes deslocados que tem um acréscimo muito grande de encargos», afirmou, acrescentando que o ministério «tem vindo a fazer um grande esforço para reforçar a acção social ao nível do ensino superior».

O ministro referia-se a investimentos ao nível das infra-estruturas, dos apoios aos estudantes (bolsas de estudo) e dos apoios indirectos (subsídios para as refeições).

«Temos vindo a fazer um aumento destes apoios, sobretudo ao nível do ensino público», frisou Marçal Grilo, acrescentando que, relativamente ao ensino privado, «o ministério também tem vindo a alargar os apoios em termos de acção social escolar para os estudantes mais carenciados».

No que se refere ao processo de criação de uma nova Faculdade de Medicina no interior do País, aprovado em Conselho de Ministros, Marçal Grilo afirmou que a decisão do Executivo será tomada no final de Setembro.

O Governo vai escolher em função das suas opções políticas e de um estudo técnico que está a ser elaborado por representantes do Ensino Superior e dos ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia. O ministro da Educação deslocou-se depois ao Centro Académico de Viana do Castelo e à Escola Superior de Tecnologia e Gestão (ESTAG).

Neste estabelecimento de ensino superior, Marçal Grilo assistiu ao lançamento da primeira pedra da biblioteca e do complexo desportivo, tendo ainda inaugurado as instalações dos Serviços Técnicos da ESTAG. Durante a tarde, Marçal Grilo visitou o edifício da Santa Casa da Misericórdia onde funcionara a futura Escola de Artes e a Escola Superior Agrária, em Ponte de Lima.

CULTURA

Prémio

CAMÕES-98 PARA ENSAÍSTA BRASILEIRO

O Prémio Camões-98 foi atribuído ao ensaísta e professor brasileiro António Cândido, de 80 anos, um nome muito respeitado no Brasil, mas desconhecido em Portugal.

O anúncio do vencedor do prémio de literatura de maior prestígio da língua portuguesa foi feito no dia 15, no Palácio da Ajuda, numa cerimónia que contou com a presença do ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e do conjunto de personalidades portuguesa e brasileiras que constituíram o júri deste ano: os brasileiros Eduardo Portela, Moacyr Scliar e Fábio Lucas, e os portugueses António Alçada Baptista (presidente), Maria Alzira Seixo e Fernando J. B. Martinho.

Justificando a escolha do júri, um dos seus membros, o escritor brasileiro Moacyr Scliar, referiu que «António Cândido é um dos intérpretes mais profundos da condição brasileira. Num momento em que o país, através dos seus escritores e intelectuais, está em busca de uma resposta para os seus problemas, é ele, com a sua obra, que ajuda a revelar ao povo brasileiro a identidade desse mesmo povo».

Instituído em 1988, o Prémio Camões destina-se à consagração anual de um autor de língua portuguesa, qualquer que seja a sua nacionalidade, que tenha contribuído, pelo valor intrínseco da sua obra, para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum.

No valor de dez mil contos, o prémio é suportado, em partes iguais, por Portugal e pelo Brasil.

Recorde-se que até hoje foram galardoados os seguintes autores: 1989 - Miguel Torga (poeta e escritor português); 1990 - João Cabral de Mello Neto (poeta brasileiro); 1991 - João Craveirinha (escritor moçambicano); 1992 - Vergílio Ferreira (escritor português); 1993 - Rachel de Queiroz (escritora brasileira); 1994 - Jorge Amado (escritor brasileiro); 1995 - José Saramago (escritor português); 1996 - Eduardo Lourenço (ensaísta português); 1997 - Pepetela (escritor angolano).

Prémio Repórter X

A Câmara Municipal de Cascais e a Fundação D. Luís decidiram criar o Prémio Reinaldo Ferreira (o já «mítico» Repórter X) de Literatura Policial e de Espionagem.

No valor de 200 mil escudos para cada uma das modalidades, o prémio tem como objectivo incentivar a produção de literatura policial e de espionagem nas áreas de conto e novela.

Esta iniciativa insere-se no âmbito da Primeira Semana do Romance Policial e de Espionagem, que decorrerá em Cascais de 5 a 10 de Outubro próximo.

De acordo com o regulamento do certame, as obras concorrentes deverão ser inéditas e escritas em língua portuguesa, com um mínimo de 30 páginas dactilografadas no caso das novelas e de 15 no caso dos contos.

Um júri elegerá depois o melhor conto e a melhor novela, cujos autores serão conhecidos a 30 de Setembro.

J. C. C. B.

SISTEMA ELEITORAL

Apresentados três livros

GOVERNO APRESENTA PROPOSTA PARA VIGORAR SÓ EM 2003

António Costa apelou terça-feira a um debate «sereno e racional» em torno da nova proposta de lei eleitoral que o Governo irá apresentar até ao final do ano, deixando bem claro que a nova legislação apenas vigorará no acto eleitoral de 2003. Discursando na Fundação Mário Soares, durante uma sessão de lançamento de três obras sobre sistema eleitoral, que contou com a presença do primeiro-ministro e do presidente da Assembleia da República, o ministro dos Assuntos Parlamentares considerou o próximo ano político o mais adequado para retomar uma discussão «tranquila» da revisão de um sistema que nasceu marcado pelos condicionalismos políticos da revolução de Abril de 1974. Há condições políticas para se proceder a um debate tranquilo, justificou, «porque as alterações apenas entrarão em vigor nas eleições legislativas de 2003». Tal como Mário Soares, António Costa frisou que, «evidentemente, não se mudarão as regras do jogo a um ano de eleições». Depois do ex-Presidente da República Mário Soares e do constitucionalista Jorge Miranda terem elogiado as múltiplas virtudes do actual sistema eleitoral em vigor no País, o titular da pasta dos Assuntos Parlamentares disse concordar com os



pontos de vista essenciais desta tese, lembrando que, na História política portuguesa, «sempre que se pretendeu introduzir rupturas no sistema eleitoral, o falhanço foi total». Mário Soares abriu o período da sessão destinado a intervenções, tendo optado por sublinhar que os três livros «apadrinhados» pela fundação por si presidida «são obras de referência, de natureza científica (e não

partidária) e sem qualquer imediatismo, porque não terão efeitos (directos ou indirectos) nas próximas eleições legislativas». O fundador e ex-secretário-geral do PS também apoiou a tese da necessidade de mudanças sempre cautelosas em relação à actual lei eleitoral, embora tivesse admitido a necessidade de «aproximar o eleito dos eleitores». Tavares de Almeida, docente da Universi-

dade Nova de Lisboa, autor de um livro sobre os sistemas eleitorais que vigoraram durante o liberalismo português, disse ter pretendido com a sua obra «contribuir para o enriquecimento do conhecimento histórico, que nos poderá dar alguns ensinamentos em relação ao futuro». Jorge Miranda, constitucionalista e docente da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, apresentou o segundo livro, este sobre a legislação aplicada nas eleições para os parlamentos dos países da União Europeia. Na sequência da sua investigação, disse ter chegado à conclusão que «Portugal tem uma boa legislação eleitoral, quer no plano técnico, quer no domínio das garantias. Só é pena não estar codificada». Considerou mesmo a lei eleitoral portuguesa «mais avançada do que aquela que é praticada na generalidade dos países da União Europeia». Por último, Braga da Cruz, presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, referiu-se ao seu trabalho de compilação do debate sobre a revisão da lei eleitoral nos últimos dois anos. Um debate em relação ao qual afirmou ter detectado um «amplo consenso político sobre a necessidade de revisão do actual sistema».

COMUNIDADES

Inaugurado em Espanha

NOVO CONSULADO PORTUGUÊS EM BILBAU

O secretário de Estado das Comunidades, José Lello, inaugurou, no dia 17, oficialmente o novo consulado de Portugal em Bilbao, País Basco, incluído nos planos de renovação, informatização e modernização das instalações e imagem. Com este acto, José Lello conclui a sua primeira visita oficial à comunidade portuguesa em Espanha, onde no dia 15 também inaugurou o novo Consulado Geral em Madrid. O Consulado de Bilbao, que nos últimos 20 anos já passou de San Sebastian, onde teve historicamente sua sede, para esta cidade, regressou à capital guipuzcoana e agora volta para a de Biscaia, atende a área do País Basco e Nordeste de Espanha. Em Bilbao, além do acto oficial e de uma recepção oferecida à comunidade portuguesa local, José Lello visitou o deputado geral de Biscaia, uma das principais autoridades provinciais, e o presidente da Câmara Municipal. Na dia 16, o representante português junto das comunidades esteve em Barcelo-



na para encontros com as autoridades locais e contactos com o colectivo de portugueses residentes na Catalunha e que não eram visitados por nenhum secretário de Estado há mais de duas décadas. Esta visita significou uma nova fase do funcionamento destes consulados, dotados com novas instalações, imagem uniformizada e moderna de acordo com o plano que inclui a renovação de 122 unidades consulares, e que deverá agora traduzir-se num mais eficaz funcionamento e melhor serviço da administração aos portugueses residentes ou aos que procuram Portugal. José Lello disse também que tinha também por objectivo auscultar a sensibilidade dos portugueses residentes neste país, tanto em relação à sua conexão com Portugal como à sua integração ou eventuais problemas e perspectivas. Além disso, quis transmitir, ainda, aos residentes em Espanha o «reconhecimento do Governo português pela contribuição que com a sua actividade dão à projecção do Portugal moderno e de futuro». Por outro lado, referiu, pretende estimular as comunidades portuguesas para que

«sejam ainda mais vivas». José Lello disse que as autoridades espanholas com que contactou, desde o ministro de Trabalho e Assuntos Sociais, Javier Arenas, aos presidentes dos Governos Regionais de Madrid, Alberto Gallardón, ou da Catalunha, Jordi Pujol, lhe «enalteceram os méritos» da comunidade portuguesa em Espanha e a sua «harmoniosa integração entre a sociedade espanhola» que, por sua vez, lhe tem mostrado sempre um «acolhimento favorável». O secretário de Estado referiu que não detectou nenhuma problemática especial que afecte especificamente os portugueses residentes neste país. José Lello anunciou que tem agora pendente uma próxima visita aos portugueses residentes na bacia mineira das Astúrias e León, onde pela sua procedência (quase todos transmontanos), actividade nas minas, e vivência das relações com Portugal, em que se destaca o movimento associativo e o programa de ensino da Língua e da Cultura portuguesas, constituem um colectivo mais homogéneo e peculiar.

CIMEIRA FOI UM ÊXITO EM TODAS AS VERTENTES

«Creio que se deram passos concretos para uma maior transparência dos objectivos de cada um dos Estados-membros pertencentes à comunidade.»

Medeiros Ferreira

«Portugal é um país de pequenas-grandes causas e é na comunidade dos falantes desta língua que se joga a grandeza dos nossos destinos cruzados.»

Pedro Bacelar Vasconcelos



Rodeada até ao último momento de incerteza sobre que chefes de Estado e de Governo estariam presentes devido à instabilidade vivida em alguns dos Sete, a Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) aconteceu de facto e produziu três documentos de capital importância para o futuro da organização: o Acordo Geral de Cooperação, o Acordo de Cooperação entre Instituições do Ensino Superior e o Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Condicionada à partida pela situação político-militar na Guiné-Bissau, também o re-
crudescimento da tensão em Angola, o conflito recente entre militares e Governo em São Tomé e Príncipe e a campanha eleitoral no Brasil puseram à prova a or-

ganização e os nervos dos cabo-verdianos, que nunca deixaram de acreditar que a cimeira da Praia se realizaria na data prevista.

Nos cinco dias de reuniões, primeiro ao nível de embaixadores, depois de ministros dos Negócios Estrangeiros e, por último, de Presidentes da República e de primeiros-ministros, anunciaram-se iniciativas que, a tornarem-se efectivas, ajudarão a consolidar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a resolver alguns dos problemas dos seus sete membros.

São exemplos a criação de um Grupo de Contacto para a crise na Guiné-Bissau, a aprovação do Acordo Geral de Cooperação e de vários acordos no domínio da

educação, o lançamento da primeira pedra do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) e a adopção no futuro de medidas para facilitar a circulação de pessoas no espaço da CPLP.

Além disso, os Sete reconduziram Marcolino Moco e Rafael Branco, o Secretariado-Executivo da comunidade, por mais dois anos, altura em que Maputo deverá acolher a III Conferência de Chefes de Estado e de Governo.

Clareza meridiana

De salientar ainda a clarividência política demonstrada por António Guterres que no momento mais gélido da cimeira, ao responder ao primeiro-ministro guineense, Carlos Correia, esclareceu de forma brilhante a posição de Portugal no conflito da Guiné-Bissau.

Sublinhando que a posição de Portugal era de uma «clareza meridiana», António Guterres disse que a Portugal, a única coisa que interessa «é a paz, a democracia e a reposição da ordem constitucional na Guiné-Bissau em condições que dêem

sustentabilidade à própria democracia». Entretanto, à margem da reunião dos presidentes, as «primeiras-damas» de Angola, Cabo Verde e Portugal fizeram a sua «cimeira» para chamar a atenção para as condições em que vivem milhares de crianças nos Sete.

Por uma tarde, a curiosidade recaiu sobre Ana Paula dos Santos, Antonina Mascarenhas Monteiro e Maria José Ritta. Para alertar para a situação na Guiné-Bissau sobretudo, mas também em Timor-Leste, partidos políticos, associações e organizações não governamentais aproveitaram a presença dos líderes da CPLP e de um número inusitado de jornalistas na Cidade da Praia para promoverem conferências de imprensa e encontros de solidariedade.

Entre os esforços visíveis feitos pela organização cabo-verdiana para garantir que, na sua primeira experiência para pôr de pé um acontecimento desta dimensão, tudo correria o melhor possível, podem contar-se a varredura mais assídua de ruas, a pintura de muros, a plantação de árvores e o embelezamento da zona do aeroporto.

Aliás, o acolhimento dispensado aos líderes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que quiseram ou puderam deslocar-se a Cabo Verde, foi salientado e enaltecido nas intervenções da sessão solene da cimeira.

Num país de poucos recursos, onde ainda escasseiam equipamentos hotelários e outro tipo de serviços, congregaram-se vontades para que todos tivessem alojamento e uma estada condigna - dos presidentes aos ministros e destes aos assessores e restantes elementos que integravam as respectivas comitivas.

PARABÉNS, MANDELA

O Presidente sul-africano, Nelson Mandela, que é já uma das grandes figuras deste século, completou no passado dia 18 a bonita idade de 80 anos, 27 dos quais passados nas prisões do «apartheid», regime odioso de que ele foi o símbolo maior da resistência.

Depois de o então mais célebre preso político do mundo ter finalmente saído do já célebre estabelecimento prisional de Robben Island, em 1990, onde passou 18 dos seus 27 anos de cativeiro, inicia-se na África do Sul um processo pacífico de transição para a democracia e fim do «apartheid» que muitos julgaram não ser possível depois de longos anos de ódios e violência.

O principal obreiro desta transição pacífica é Nelson Mandela que em 1993, juntamente com Frederik de Klerk, recebe em Oslo o Prémio Nobel da Paz.

Eleito Presidente da África do Sul, nas primeiras eleições livres realizadas no país, Nelson Mandela elegeu como objectivo principal da sua presidência a construção de um país multicultural e multirracial onde todos cidadãos, independentemente da sua cor, tenham os mesmos direitos e deveres, vivendo em perfeita harmonia e contribuindo juntos para o progresso da nação.

Sem qualquer ponta de rancor ou ódio para com os seus antigos carcereiros, Nelson



Mandela consegue unir os sul-africanos de todos os credos e raças e ganha o respeito e a admiração de toda a nação.

Não admira, pois, que a África do Sul viva em clima de festa para assinalar os 80 anos de «Madiba», como carinhosamente lhe chamam os seus compatriotas.

No dia em que completou 80 anos, a sua melhor prenda foi o casamento com Graça Machel, numa cerimónia discreta. Mas as comemorações dos 80 anos tinham já tido início no dia 16 com a realização de uma festa com 1 400 crianças orfãs.

No passado domingo, dia 19, foi a vez de Mandela reunir dois mil convidados, entre chefes de Estado e celebridades de todo o mundo, num banquete realizado em Joanesburgo, e cuja receita reverterá para obras de caridade, sobretudo de apoio a crianças carenciadas. **J. C. CASTELO BRANCO**

MOEDAS COMEMORATIVAS EM CIRCULAÇÃO

A segunda série de duas moedas comemorativas alusivas à Exposição Mundial de Lisboa 1998 foram postas em circulação, na passada segunda-feira, dia 20, pelas instituições bancárias.

O limite da emissão das moedas de mil escudos alusiva ao Ano Internacional dos Oceanos foi fixado em 1 050 milhões de escudos e o da de 200 escudos relativa à Expo'98 foi de 424 mil contos.

As moedas de valor facial de mil escudos relativas ao Ano Internacional dos Oceanos são em liga de prata e as de 200 escudos em duas ligas, cupro-níquel e cobre-alumínio-níquel.

A moeda de mil escudos apresenta na gravura do reverso dois astrolábios e uma forma triangular, que sugere uma vela de barco.

Dentro do astrolábio maior está representada a constelação Ursa Menor com a Es-

trela Polar, o mar, um barco com velas e outro sem velas, o mapa de Portugal, dentro do qual está o símbolo da Expo'98, e um cavalo marinho. Na cerca dura lê-se a legenda «Ano Internacional dos Oceanos» e a data.

A gravura no anverso apresenta uma rosados-ventos, o símbolo e logotipo da Exposição de Lisboa, o escudo nacional e a legenda «República Portuguesa», assim como o valor facial da moeda.

A moeda foi cunhada em liga de prata de toque 500/1000 com 40 milímetros de diâmetro e 27 gramas de peso, com uma tolerância de mais ou menos 1 por cento no peso e no toque, tendo bordo serrado.

Na moeda de 200 escudos a gravura do anverso apresenta, na bordadura, uma coroa de peixes e o símbolo da Expo'98 e, no centro, um peixe, o valor facial e as palavras «República Portuguesa».

FINANÇAS

IRS e IRC de 1997

A INSUSTENTÁVEL EVASÃO FISCAL

Enquanto o Governo do PS de maioria relativa se depara com todos os obstáculos possíveis por parte da nova AD (PSD/PP) sempre que pretende legislar no sentido de combater a fuga fiscal, de que a colecta mínima é o exemplo mais paradigmático, alvo, inclusive, de uma campanha ultrademagógica e primária do PSD, a evasão fiscal continua a ser uma realidade e os serviços tributários deparam-se com uma legislação limitadora, que é uma das mais pesadas heranças do consulado cavaquista.

Segundo notícia publicada pelo «Público» na sua edição do passado dia 20, e de acordo com uma amostra de declarações de IRS e IRC de 1997, a que o jornal da Quinta do Lambert teve acesso, há muitos profissionais liberais e empresários que declaram que foi mais o dinheiro que gastaram na compra de acções de empresas privatizadas do que o recebido como rendimento da sua actividade.

Assim, as empresas continuam a apresentar baixos lucros e prejuízos, independen-



temente dos valores de facturação. De acordo com uma amostra de 450 declarações de IRC sobre a actividade de 1997, as empresas pouco estão a contri-

buir para os cofres do Estado. Segundo o «Público», a opinião unânime é de que a legislação herdada do consulado laranja é demasiado permissiva, porque

concede um conjunto de garantias que limitam a actuação da fiscalização e alargam a margem da evasão fiscal.

De salientar, no entanto, o forte empenho do Governo e do ministro das Finanças, que, apesar de todos os constrangimentos impostos pela oposição de direita que tem chumbado todas as iniciativas legislativas que visem combater a evasão fiscal, têm vindo a accionar um vasto conjunto de mecanismos que têm melhorado significativamente os índices de cobrança fiscal.

O notável trabalho do Governo e do ministro Sousa Franco neste domínio continua, mas as grandes reformas que se impõem só serão possíveis num quadro em que o Executivo tenha as condições parlamentares necessárias para ver aprovadas as iniciativas legislativas que permitam que o Estado tenha finalmente os instrumentos necessários para um combate mais eficaz à evasão fiscal, de forma a que todos, mas todos, contribuam com os seus impostos para o desenvolvimento do País e para uma melhor redistribuição do rendimento nacional.

J. C. C. B.

ECONOMIA

Pina Moura refere

CRESCIMENTO SUPERIOR A QUATRO POR CENTO

O ministro da economia, Pina Moura, revelou no dia 18, em Braga, que a economia portuguesa cresceu, no primeiro semestre de 1998, a uma taxa superior a quatro por cento.

«A economia portuguesa vai criar entre 1997 e o final de 1998, um total de 100 mil novos postos de trabalho líquidos», afirmou o ministro, sustentando que «Portugal está a viver um enorme movimento de modernização».

Pina Moura falava na sede da Associação Industrial do Minho num jantar-debate com empresários subordinado ao tema «Competitividade da economia portuguesa». O ministro da Economia disse que «o processo de modernização está a fazer-se em simultâneo com um acréscimo das exportações, e com um acréscimo, que se pode classificar de virtuoso, das importações, já que está a sustentar o grande investimento público e privado em curso no País». Considerou que «compete ao Governo proporcionar condições para o acelerar das transformações em curso na economia de forma a que os empresários e os trabalhadores possam continuar a criar riqueza para todos os portugueses».

Modernização passa pelas PME

Acrescentou que «a modernização da eco-



nomia passa, fundamentalmente, pelas pequenas e médias empresas e pela produtividade do trabalho», e apontou «o exemplo positivo de duas empresas que visitou em Braga, onde a produtividade média mensal por trabalhador é superior a dois mil contos».

Anunciou para Outubro a tomada de decisões sobre política energética no sentido da redução dos custos da energia para as empresas, lembrando que «só com custos semelhantes é possível concorrer no mercado internacional e, em particular, no mercado europeu».

DEFESA DO CONSUMIDOR

Transparência

ADVOGADOS E FUNERÁRIAS VÃO TER DE AFIXAR PREÇOS

Os advogados e as agências funerárias vão ter de afixar as tabelas dos preços que praticam, a exemplo do que já acontece desde o passado dia 13 com os consultórios médicos.

Segundo uma notícia publicada na última edição do «Expresso», os preços dos serviços prestados pelas agências funerárias, como os valores das urnas, dos adereços e dos veículos, têm de estar acessíveis ao público a partir de 2 de Setembro.

No que concerne aos advogados, o minis-

tro-adjunto, José Sócrates, que se tem destacado pela defesa intransigente dos consumidores, enfrentando, inclusive, poderosos interesses económicos interessados na continuação da lei da selva em que viveram durante anos, revelou, em declarações ao «Expresso», que os critérios terão de ser diferentes dos utilizados para os médicos e as empresas funerárias.

José Sócrates adiantou que a solução será encontrada em conjunto com a Ordem dos Advogados.

J. C. C. B.





Albufeira

Atribuição de bolsas de estudo

A Câmara Municipal da Amadora deliberou atribuir bolsas de estudo relativas ao ano lectivo 1997/98 a três estudantes do ensino superior, no valor de 940 contos.



Ainda no âmbito da área social, a autarquia atribuiu um subsídio de 400 contos à Conferência de S. Vicente de Paulo, instituição que tem desempenhado um papel relevante na área do apoio à população carenciada do concelho.

Amadora

BD todo o ano

O programa deste ano do IX Festival Internacional de Banda Desenhada (BD) da Amadora foi divulgado no dia 16 pelo presidente da Câmara da Amadora, Joaquim Raposo.



Na conferência de Imprensa em que foi tornado público o programa do certame, o presidente da edilidade revelou que a edição deste ano terá mais exposições e autores, e também a primeira edição de um ciclo de cinema.

A grande novidade é, porém, a criação do Centro Nacional de BD e Imagem que vai abrir as suas portas em Outubro, e que permitirá um programa de actividades durante todo o ano.

Fafe

Animação musical de Verão

A Câmara Municipal de Fafe, através do seu pelouro da Cultura, volta a realizar um programa de animação musical de Verão, no centro da cidade, com espectáculos nas noites de fim-de-semana.

Com esta iniciativa a autarquia visa proporcionar momentos de lazer aos residentes no concelho e aos muitos emigrantes que pelo Verão visitam a sua terra natal.

Por isso, foi posto um especial cuidado na apresentação de grupos que espelhem diferentes gostos e géneros musicais, do mais popular ao rock.

O programa de animação de Verão, que tem por palco a Arcada, teve início no dia 18 de Julho e prolonga-se até 20 de Setembro.

No próximo sábado, dia 25, realiza-se o XIV Festival Internacional de Folclore Fafe 98, organizado pelo Grupo Folclórico da Casa do Povo de Arões, com o apoio da autarquia.



Cartão Jovem

Estão abertas as inscrições para a obtenção do Cartão Jovem, uma iniciativa da Câmara Municipal de Fafe.

Os interessados poderão efectuar a sua inscrição ou obter esclarecimentos junto do Sector de Apoio à Juventude, no edifício da Câmara Municipal.

Iniciativa da autarquia, o Cartão Jovem é um instrumento que visa proporcionar aos jovens residentes no concelho descontos em todos os serviços prestados pela edilidade e pelas empresas ou entidades que venham a aderir a esta iniciativa. Serão beneficiários os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 30 anos que residam no concelho.

O Cartão Jovem traduz-se no aumento significativo de hipóteses para os jovens, designadamente em descontos nos serviços directamente prestados pela autarquia, como o licenciamento de obras, o acesso às instalações desportivas e a aquisição de publicações culturais.

De salientar ainda que a redução em todas as tarifas e taxas do município será de 25 por cento, mediante a apresentação do cartão.

Loulé

Férias para crianças

Com o apoio logístico da Câmara Municipal, a Fundação António Aleixo está a promover desde o dia 20 um conjunto de actividades sociodesportivas para as Férias do Verão 98, destinado a crianças com idades compreendidas entre os seis e os 10 anos.

A iniciativa, totalmente gratuita, irá decorrer até 28 de Agosto, na sede da Fundação, e visa ocupar de forma saudável o tempo de férias das crianças, especialmente as oriundas de famílias carenciadas.

Festival Internacional de Jazz

É já amanhã, dia 24, que tem início o Festival Internacional de Jazz de Loulé, que irá decorrer até 14 de Agosto, na Cerca do Convento Espírito Santo.

A iniciativa organizada pela Casa da Cultura de Loulé, conta com o apoio, a exemplo dos anos anteriores, da autarquia.

De salientar que o certame é já um importante cartaz cultural de animação e promoção da cidade de Loulé e do concelho.

No festival, actuam prestigiados músicos americanos, europeus e nacionais.

Santo Tirso

Toxicod dependência em debate

A toxicod dependência esteve em análise no II Encontro para Autarcas do Distrito do Porto, que decorreu no dia 17, no salão nobre da Câmara Municipal de Santo Tirso.

No encontro, que foi presidido por Joaquim Couto, presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, foi analisada a problemática da toxicod dependência, problema social que, de uma forma directa ou indirecta, afecta toda a comunidade e com que os autarcas se confrontam diariamente nos espaços geográficos que administram.

Foi objectivo da reunião, por um lado, equacionar o problema face às diferentes realidades locais, inventariando as suas consequências mais nefastas, e, por outro lado, encontrar as melhores soluções para prevenir esse flagelo social.

Vila do Conde

Grande afluência às piscinas

O magnífico complexo de piscinas de Vila do Conde continua a registar enorme afluência da população de todas as idades.



Destaque, no entanto, para o recém-realizado Festival de encerramento da época de Inverno da Escola de Natação A Taíña, no qual participaram centenas de nadadores. Gincanas aquáticas, o 13º torneio «I Bracada», jogos aquáticos, hidroginástica e até exibição de bebés fizeram as delícias do numeroso publico presente nas bancadas.

Vila Nova de Famalicão

Autarquia homenageia idosos

No âmbito das comemorações do 13º aniversário da elevação a cidade, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão homenageou os seus idosos, como reconhecimento do muito que fizeram e continuam a fazer pelo engrandecimento e desenvolvimento do município.

No total, foram 204 os homenageados, 20 dos quais já ultrapassaram a barreira dos 90 anos, que foram presenteados com um distintivo de prata, reproduzindo o brasão da cidade.

Na cerimónia, um idoso, utente do Centro Social de Castelões, dirigindo-se ao presidente da Câmara, afirmou: «Temos memória e sabemos reconhecer o que têm feito por nós».

Cartão Municipal do Idoso

Entretanto, a autarquia vai lançar o Cartão Municipal do Idoso que, juntamente com o Cartão 65, recentemente criado pelo Governo, vai permitir uma série de descontos na aquisição de bens e serviços.

Vila Real de Santo António

Agência de Desenvolvimento

A proposta da criação de uma Agência de Desenvolvimento Local para Vila Real de Santo António, foi uma das ideias lançadas no seminário sobre «Cidades fronteiriças e desenvolvimento local», realizado naquela cidade, numa organização da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.



A criação da Agência para o Desenvolvimento Local permitirá a dinamização de serviços de apoio aos investidores e empresários do concelho, podendo desde logo contar com a colaboração do Patronato de Desarrollo Local de Ayamonte, uma estrutura similar criada naquele concelho espanhol que faz fronteira com Portugal.

PS EM MOVIMENTO

MADEIRA

PS defende «expropriados»

O PS/Madeira apresentou no dia 13 três iniciativas legislativas no Parlamento Regional, uma delas para defender «preços justos» nas expropriações, tendo o líder parlamentar socialista defendido mesmo um «monumento» para o expropriado da Madeira.

O Governo Regional da Madeira devia fazer um «monumento» ao expropriado da Região Autónoma, defendeu o presidente do Grupo Parlamentar do PS/M, Fernão de Freitas.

As três iniciativas legislativas socialistas foram entregues, no dia 13, na mesa da Assembleia Legislativa Regional.

A primeira das iniciativas é um projecto de decreto legislativo regional que cria um Conselho Consultivo Patrimonial para as Expropriações e Aquisições de bens no sector público e dispõe sobre aspectos administrativos e operacionais com vista a melhor satisfazer o interesse público. Visa garantir aos expropriados um preço justo pelos terrenos a expropriar, que não deve ser inferior ao preço corrente na localidade.

A outra iniciativa legislativa é um projecto de resolução que recomenda a inventariação de situações ou violação da paisagem e natureza, ou irregular utilização dos solos, particularmente na zona costeira e orla marítima da região, propondo medidas de regularização ou eliminação.

Esta iniciativa visa situações como as existentes na praia do Garajau. Neste local proliferaram habitações clandestinas, algumas das quais arderam recentemente, que deveriam ser demolidas, disse Fernão Freitas.

A terceira iniciativa diz respeito a um projecto de resolução que «recomenda ao Governo Regional medidas de regulamentação sobre as ilhas Selvagens previstas no decreto regional nº 15/78/M, de 10 de Marco e na Lei nº 13/86, de 21 de Maio».



SECRETARIADO NACIONAL

PS contra «direita radical»

O PS rejeitou no dia 14 quaisquer acordos com partidos políticos para patrocinar movimentos cívicos na campanha para o referendo às regiões, e criticou a «direita radical» pela «onda de calúnias» que tem apresentado sobre a questão.

Em declarações aos jornalistas no intervalo de uma reunião do Secretariado Nacional do PS realizada na sede nacional do Largo do Rato, o camarada António José Seguro, coordenador da Comissão Permanente dos socialistas, indicou que o partido vai utilizar os seus próprios meios e tempos de antena na campanha para o referendo sobre as regiões.

Recentemente, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, referiu a existência de contactos entre comunistas e socialistas para a constituição de um «movimento independente» em defesa do «sim» no referendo à regionalização.

Carvalhas afastou, no entanto, a possibilidade de uma «convergência, aliança ou entendimento» com o PS na campanha do referendo.

«O PS não vai fazer quaisquer acordos com partidos políticos, nomeadamente com o PCP, para patrocinar movimentos cívicos», garantiu o camarada António José Seguro.

A propósito, condenou depois o que apelidou de campanha caluniosa que tanto PSD como PP têm vindo a realizar.

O dirigente socialista criticou a «direita radical», que à segunda-feira (o líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa) e à terça-feira (o líder do PP, Paulo Portas) leva a cabo «uma campanha falsa e caluniosa que visa unicamente lançar a confusão entre os portugueses».

Segundo António José Seguro, ao contrário do PSD e do PP, o PS «quer esclarecer o eleitorado para que possa decidir em consciência».

O empenho «de todos os dirigentes do PS» na campanha foi também salientado pelo responsável.

Nesse sentido, adiantou que a Comissão Política do partido foi reforçada com dirigentes do Secretariado Nacional e do Grupo Parlamentar, de forma a combater «o desconhecimento generalizado entre o eleitorado português das vantagens da regionalização».

Direita lança a confusão

Para Seguro, a regionalização trará menor burocracia e uma definição das prioridades de investimento, tendo considerado «uma mentira do PSD» a questão de a criação das regiões trazer um aumento de impostos.

«Há uma estratégia clara para levar os portugueses, porventura, a não votar no referendo. Por isso, queremos esclarecer, para que não se vote em fantasmas mas sim em algo concreto», afirmou.

«Tenho pena que o PSD e o PP tenham enveredado por esse caminho, pois em 1991 votaram por unanimidade a lei da criação das regiões», disse. António José Seguro sublinhou que a «direita radical não tem o direito de lançar a confusão».

A reunião do Secretariado Nacional, que tradicionalmente se realiza às quartas-feiras, foi antecipada em um dia dado a deslocação do secretário-geral do PS, António Guterres, a Cabo Verde, onde na qualidade de primeiro-ministro participou na cimeira de chefes de Estado e de Governo da CPLP.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

ACÇÃO SOCIAL

Custódia Fernandes*

UM PARTIDO DE MILITANTES TAMBÉM NAS EMPRESAS



Quereiros um partido de militantes. Mas também temos de ser um partido de militantes nas empresas, onde hoje, mais do que nunca, se decide o progresso económico e social.

Todos somos poucos para que o PS se afirme no panorama político. É do somatório das afirmações individuais que resulta a afirmação final, para que o Partido Socialista seja um partido da primeira linha.

Como uma das responsáveis, no Secretariado da Comissão Política Concelhia de Lisboa pela coordenação das secções de Acção Sectorial, considero oportuno falar da militância dos socialistas nas empresas e da sua importância decisiva para as duras batalhas que o Partido vai ter que enfrentar, no curto e médio prazo.

Ao afirmarmos a nossa militância, nas empresas, estamos a tirar protagonismo e espaço de manobra da oposição. Este é um desafio da maior relevância.

Temos de demonstrar aos nossos companheiros de trabalho que só há um partido capaz de responder, de forma eficaz e realista, às necessidades dos trabalhadores. O nosso Partido, o Partido Socialista.

Para isso, temos de estar unidos, trabalhadores e administradores, para que a solidariedade não seja uma palavra vã.

Vivemos, actualmente, um tempo de grandes mudanças económicas, sociais e tecnológicas. Todos estamos cientes das profundas alterações por que passam as sociedades actuais e, em particular, as que se situam na área da União Europeia.

A União Económica e Monetária, com a de-

finição das regras de contenção dos orçamentos públicos e criação de uma moeda única, retira aos governos margem de manobra na política orçamental e a totalidade dos instrumentos da política monetária.

Isto significa, que uma boa parte das decisões relativas ao desenvolvimento económico e social passa pela área empresarial.

Por isso, o Partido Socialista tem que estar fortemente implantado dentro das empresas. Tem de ser um partido de militantes na área da chamada economia real onde, no futuro, se vão decidir as grandes questões estratégicas relacionadas com o desenvolvimento.

É nesse sentido que o Secretariado da Comissão Política Concelhia de Lisboa tem vindo a intensificar o seu trabalho nas empresas, dinamizando a militância, limitando,

assim, o espaço de manobra dos nossos adversários políticos, afirmando-nos como um partido credível que acompanha as novas realidades.

Que ninguém veja nesta linha de actuação outro objectivo que não seja o de trabalhar para a valorização do nosso partido, no todo que é a sociedade portuguesa.

Esta linha de actuação tem de ser cada vez mais fortalecida e intensificada, para que o PS seja, também, um grande partido de militantes, nas empresas, que estão sempre na primeira linha da frente, onde se tomam as decisões que definem o nosso futuro, que queremos seja um futuro de liberdade, de democracia, de riqueza económica, de desenvolvimento social e de solidariedade.

*Membro do Secretariado da Comissão Política Concelhia de Lisboa do PS

RELATÓRIO ANASTASSOPOULOS

José Barros Moura*

UM REGIME ELEITORAL COMUM PARA AS ELEIÇÕES EUROPEIAS



Procurando por em prática a norma do Tratado de Amesterdão que encarrega o Parlamento Europeu segundo «princípios comuns a todos os Estados membros», o plenário de Estrasburgo aprovou uma resolução (Relatório Anastassopoulos) que justifica alguns comentários.

A principal conclusão talvez seja a de que o progresso de uma democracia política europeia se faz apesar dos prejuízos causados na opinião pública por prosélitos demasiados apressados de um europeísmo que tenta construir-se por cima dos Estados e das nações que constituem a União Europeia.

Com efeito, a resolução aprovada tenta fazer entrar «pela janela» do direito eleitoral o que só poderia poder entrar «pela porta» larga da organização constitucional do poder político. Mas vamos por partes.

Só pode merecer apoio o objectivo central da resolução, facilitado pelo facto de o Governo Blair ter abandonado os círculos uninominais nas eleições europeias: a definição de princípios eleitorais baseados no princípio da proporcionalidade, que é a melhor garantia de democracia e de representatividade do eleitorado nas suas diferentes correntes políticas.

Vários outros aspectos da proposta vão na boa direcção: nomeadamente, a incompatibilidade entre o mandato de deputado europeu e o de deputado nacional, e a criação de circunscrições eleitorais infranacionais como método de aproximação dos eleitos aos seus

eleitores, sem prejuízo da regra da proporcionalidade.

Mas o ponto que parece estar a mais nesta proposta, respeita à eventual consagração de um círculo transnacional europeu elegendo uma determinada percentagem do número total de membros do Parlamento Europeu, o qual, como se sabe, tem o limite máximo de 700.

Abandonado um projecto inicial prevendo 20 por cento, foi submetida ao voto do plenário a seguinte proposta:

«Artigo 7º- A partir das eleições europeias que terão lugar em 2009, 10% do número total dos mandatos do Parlamento Europeu será provido por escrutínio de lista de tipo proporcional no quadro de um círculo eleitoral único, constituído pelo território dos Estados-membros da União Europeia. Até 1 de Janeiro de 2008, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta do Parlamento Europeu e após parecer favorável do Parlamento Europeu, adoptará as disposições de aplicação pertinentes».

Acabou por ser aprovado um compromisso mitigado:

«Artigo 7º- O Parlamento Europeu considerará uma proposta para que uma determinada percentagem do número total de mandatos no Parlamento Europeu seja provida por escrutínio de lista de tipo proporcional no quadro de um círculo eleitoral único, constituído pelo território dos Estados-membros da União Europeia, com efeito a partir das eleições para o Parlamento Europeu a realizar em 2009. Até 1 de Janeiro de 2008, o Conselho, deliberando por unanimidade, sob proposta do Parlamento Europeu e após parecer favorável

deste, adoptará as disposições de aplicação pertinentes».

Trata-se, apesar deste recuo, de um erro político grave.

Com efeito, o círculo eleitoral europeu para listas transnacionais não se destina a corrigir desvios à regra da proporcionalidade para assegurar a representação das minorias, nem sequer é verdadeiramente necessário para garantir uma participação transnacional nas eleições europeias, tendo em conta as regras do Tratado de Maastricht sobre a cidadania política europeia que permitem aos cidadãos europeus serem eleitores ou elegíveis no país da residência, apesar de não serem seus nacionais.

Tal ideia vai contra todos os princípios de um poder democrático supranacional em moldes federais, assente num Parlamento Europeu com um número de membros por país proporcional à respectiva população.

Et pour cause, foge à questão verdadeiramente fulcral da evolução do Conselho para o papel de uma «Câmara Alta» em que fosse paritária a representação dos Estados; Abre, mas não resolve, o problema da ponderação nacional na lista europeia, problema político em tudo semelhante ao da ponderação de votos no Conselho.

Afasta ainda mais, em vez de aproximar, os eleitos dos eleitores.

Seria, afinal, um meio de perpetuar mandatos europeus de deputados cada vez mais afastados da sua base eleitoral e que, quiçá, de outro modo nunca mais seriam eleitos.

A rejeição desta proposta corresponde, pois, a uma questão de princípios europeístas e não a um cálculo possibilista que inspirou

algumas das soluções de compromisso em torno do relatório Anastassopoulos.

A proposta é a expressão de um vanguardismo pró-europeu, que só pode conduzir a resultados adversos numa opinião pública já demasiado inquieta com o carácter exotérico de algumas das instituições da «longínqua Bruxelas».

Ora, um impulso político pro-europeu é indispensável e urgente e deveria seguir outro caminho, precisamente o caminho difícil que, em nome da facilidade e do medo de travar combate político por uma democracia na Europa, este relatório não quis seguir. Nem, aliás, poderia.

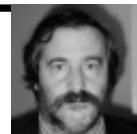
Para mim, esse caminho passa pela valorização do papel supranacional da Comissão, com o inerente aumento da sua responsabilidade política perante o Parlamento eleito. Passa pela escolha para as candidaturas ao Parlamento Europeu de grandes personalidades políticas pró-europeias, com real implantação e influência nos seus sistemas políticos de origem. Passa pela escolha, como presidente do Parlamento Europeu, de uma personalidade de real envergadura e autoridade política pró-europeia. E, finalmente, passa por aceitar a proposta de Delors (também suscrita por Mário Soares e Felipe González) de os partidos políticos europeus submeterem a sufrágio o seu candidato à Presidência da Comissão que, assim, passaria a dispor de legitimidade democrática própria perante os Governos nacionais. Esta coragem política europeísta está ausente desta proposta apenas «politicamente correcta» do círculo transnacional europeu.

*Deputado europeu - PSE

ESQUERDA

José Saraiva*

O AVESSE DO PS



Frequentemente, no «Expresso», Manuel Alegre expõe as suas mágoas. As inquietações do autor de Praça da Canção constituem, não raras vezes, uma interpelação a cada um dos que no PS têm mais obrigações de reflectir sobre os caminhos que António Guterres propõe ao país.

As dúvidas de Manuel Alegre, todavia, representam, de algum modo, uma certa nostalgia democrática dos que olham, desconfiadamente, para o inquestionável sucesso de uma estratégia política que tem proporcionado aos socialistas vitórias sucessivas desde 1991. E é, reconheçamo-lo, com enorme incomodidade íntima que convivemos com o triunfo de Guterres, como é também incontornável o indistigável desespero com que vêem as suas teses não serem sufragadas. Não diria que têm «mau perder» - é excessivo fazer esses juízos sobre democratas. Recordo-me, todavia, de um jovem que carimbava os camaradas «de direita» se não alinhasssem pela ideia despenalizadora...

É irretorquível que, perante a tremenda frustração que acabou por ser já o histórico referen-

do, alguns teimam em não compreender que o tempo passa... e que vários muros foram sendo derrubados... que a desconformidade do real com o imaginário é motivo de ensaio para E. Prado Coelho e não para a acção política...

Ora, há os que persistem na «contracorrente», sensibilizando os mais disponíveis para se acantonarem no formato que os sacerdotes da esquerda anunciam em cada prédica...

Alegre - que não é um qualquer e por quem tenho um grande respeito e uma grande admiração - é um desses. Um «revolucionário» que falou ao PS na Aula Magna há 20 anos impondo-se a uma tentação desviante desencadeada agora abordagens contundentes sobre uma eventual deriva do PS: «Será ainda um partido socialista? Será, até, mesmo, um partido social-democrata?» A prática do Governo incita-nos a respostas claras - só um partido enraizado em valores patrimoniais da esquerda promove políticas como as que traçou na Educação (o lançamento do pré-escolar) ou na eficácia com que se administra a Segurança Social. Mas também um partido que não ignora os novos problemas sociais - o da toxicoddependência e o da insegurança das pessoas - e não despreza

a indispensável modernização de Portugal como, desde há três anos, se faz no ambiente, na defesa dos consumidores/cidadãos ou mesmo nas áreas da investigação científica, estas tão ignoradas pela Comunicação Social.

A pedra-de-toque do desencanto de Manuel Alegre foi agora, é óbvio, o descalabro do referendo para os que insistem em imaginar uma outra realidade. E, subtilmente, tratam de arranjar culpados. Quem não se recorda de há meses com a mesma acutância se ter lançado a controver-sa, insólita e intempestiva questão da laicização do Estado (queriam dizer partidária. Isto é o PS...)? Quem esqueceu já a inopinada questão de saber se «um católico pode dirigir um partido» de esquerda? Alguém, até, ignora as inesperadas ameaças que alguns fizeram de demissão do partido nas páginas do «Expresso»?

Há, evidentemente, situações amargas e que nem sempre satisfazem os que, não tendo sofrido a prisão ou o exílio, nem por isso se sentem amarrados a um «pensamento único», mas que, do mesmo modo, não aceitam coacções psicológicas ou pretensamente doutrinárias. Felizmente o PS é o espelho de uma sociedade aberta, de gente sem fantasmas a povo-

rem os dias do fim...

Este PS de António Guterres agrada aos portugueses. Será que um outro PS desencadearia o entusiasmo perceptível nas sondagens à opinião do país? Não se trata de procurar defender o poder pelo poder - coisa que só interessa aos néscios. Mas que valem as ideias justas se o PS voltar à oposição?

Quando o PS esteve, antes, no Governo foi para travar a «tentatãototalitária», ou para acordar com o FMI, ou para desmantelar a «lei dos sectores económicos». Sempre para fazer o que a direita não era capaz. Agora não! O PS de António Guterres, em nome de uma «outra esquerda» - a que não estiolou e tenta compreender os ventos que sopram -, intervém no país em nome do que os portugueses, sobretudo os excluídos do processo de desenvolvimento, merecem. Será, por isso, que Pierre Mauroy «convoca» António Guterres para presidente da Internacional Socialista?

Mas, em sei, isso eu sei que sei, haverá sempre quem veja magoadamente as coisas do avesso, não é?

In «Expresso»

*Jornalista; deputado do PS



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Desporto em Albufeira

A Feira de Artesanato de Albufeira decorre, no Largo Engenheiro Duarte Pacheco, até ao próximo domingo, dia 26, entre as 20 e as 24 horas, incluindo um programa de animação diário. Assim, hoje actuará o Rancho Folclórico Infantil de Albufeira; amanhã será a vez do grupo musical Marafados Foles.

O fim-de-semana será preenchido com espectáculos a cargo dos Cantores de Monchique e do Grupo de Música Popular Erva-Doce (no sábado e no domingo, respectivamente).

Para os mais pequeninos também haverá «festa». É que, durante as férias escolares, a Câmara Municipal está a desenvolver actividades desportivas no Salão Cultural da Guia, destinadas a jovens dos 6 aos 12 anos de idade.

Os interessados podem inscrever-se no local, de segundas a quintas-feiras, entre as 9 e 30 e as 12 horas.

Arte na Amadora

A mostra de bronze de antiguidade da China encontra-se, até ao fim deste mês, aberta ao público, no espaço cultural Recreios da Amadora, entre as 14 e as 20 horas.

Fados em Coimbra

A programação das Noites de Verão'98 prossegue bem sucedida.

Hoje, os Fados da Associação Académica de Coimbra poderão ser escutados e apreciados nas escadadas do Quebra-Costas. Amanhã, será a vez de ouvir o bom, velho jazz de New Orleans recriado por Dixie Gang, na Praça 8 de Maio.

O grupo de Fados e Guitarradas de Coimbra subirá o palco do Arco de Almedina, na terça-feira, dia 28.

Recorde-se que todos os espectáculos do programa «Noites de Verão'98», promovido pela Câmara Municipal, realizam-se às 22 horas.

Identidade minhota em Fafe

A exposição «Portugal – O Sabor da Terra», relativa ao núcleo regional referente ao Minho, estará patente ao público na Galeria Municipal de Fafe, a partir de amanhã e até ao dia 31 de Agosto.

Organizada pelo Pavilhão de Portugal da Expo'98, a mostra é composta por 48 fotografias a preto e branco, devidamente legendadas, da autoria do jovem arquitecto Duarte Belo, registando paisagens e monumentos da região, numa tentativa de captar a identidade minhota no que ela tem de essencial.

Rumba flamenca em Faro

Eric Fernandez é um indiscutível oficial de uma geração moderna de «Ciganos do

Mediterrâneo» que de Marsella a Camargue tocam uma rumba de inspiração flamenca. No sábado, dia 25, este artista notável tocará perto de si, na Doca de Faro.

Concerto em Guimarães

Amanhã, o agrupamento musical de música moderna Quinta do Bill actuará na Praça de São Tiago, pelas 22 horas.

O mesmo local e horário servirá, na segunda-feira, para uma representação hilariante. Trata-se do Distrito-Já, da Espanha, inserido na Semana do Humor.

Ainda no horário das 22, o Largo da Oliveira será palco, na terça-feira, para Les Saltimbanques (França). Trata-se de um duo acrobático e musical que visita o nosso país graças à colaboração da Alliance Française Portugal.

Para encerrar esta semana com chave d'ouro teremos, na quarta-feira, dia 29, às 22 horas, uma representação teatral cujos actores principais são marionetas. São os Espelho Negro a recriar a peça «Tos de Pecho», na Praça de São Tiago, em plena Semana do Humor.

Dança em Lisboa

«The Hypochondriac Bird», o novo solo do coreógrafo venezuelano Javier de Frutos, é a sugestão que o Centro Cultural de Belém (CCB), mais precisamente o seu Pequeno Auditório, apresenta para hoje e amanhã, às 22 horas.

No sábado, o Grande Auditório do CCB receberá, também às 22 horas, o London Sinfonietta, um dos grupos mais prestigiados na Europa do repertório erudito contemporâneo, pela primeira vez em Portugal.

Amanhã é, como todas as sextas-feiras, dia de ir ao cinema conhecer as novidades da sétima arte.

Esta semana estreiam cinco filmes: «Onda de Fogo», de Dean Semler; «Gabbah», de Moshen Makhmalbaf; «A Verdadeira Loucura», de Tom Dicillo; «Cidade dos Anjos», de Brad Silberling; e «The Tango Lesson», de Sally Potter.

Festas populares em Portimão

Hoje, às 21 horas, chega a «Onda Rock» ao Parque da Juventude.

Amanhã, uma hora mais tarde e na Avenida Pacheco Leão, actuará a Banda Play-Off.

Mas se gostar de variedade, então não perca a mão-cheia de bandas civis que desfilarão pelo palco do Auditório Municipal, no sábado, às 21 horas.

O domingo será preenchido com desporto, mais precisamente com o Campeonato de Canoagem Regional de Fundo, organizado pelo Clube Naval D. João II.

«Caça ao Homem Tesouro» será a peça teatral que poderá ver encenada, na segunda-feira, dia 27, às 21 horas, na Praça Teixeira Gomes.

Teatro no Porto

As visitas temáticas, ou passeios no Parque de Serralves prosseguem, esta semana, como já se tornou hábito, hoje, quinta-feira, às 18 e 30, com o título «Aromas e Condimentos».

«Comida» é o título da peça inspirada nos textos de Peter Handke, Isabel Allende e Leonardo da Vinci, com encenação de Joclécio de Azevedo, que poderá ver, na Cooperativa do Povo Portuense, nos dias 24, 25 e 26, às 21 e 30.

Cães em Sintra

Nos dias 25 e 26 realizam-se duas exposições caninas – nacional e internacional, respectivamente – na Base Aérea n.º 1, na Granja do Marquês, em Pero Pinheiro.

É o 17º ano consecutivo que o concelho recebe os mais belos exemplares caninos portugueses e europeus.

Ainda no sábado, dia 25, a vila de Sintra vai ser animada com Teatro de Rua, das 23 às 24 horas, com a constituição de um palco singular para a representação da peça «O Grottesco Jardim Dantesco», a cargo do grupo de teatro Utopia.

Entretanto, até domingo poderá visitar a Feira de Artesanato e Gastronomia de Queluz, que decorre no Jardim da Alameda Conde de Almeida Araújo, entre as 18 e as 24 horas.

Até mais tarde ficará patente ao público a mostra de pintura de Lívio de Moraes, na Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra.

Em exposição, até ao dia 5 de Agosto, estão obras de tons fortes, das terras africanas, reunidas harmoniosamente numa sinfonia de cores, linhas, luzes e formas que foram habilmente criadas por este artista.

Aquarelas em Vila Franca de Xira

A mostra dos trabalhos em aquarela do pintor Carlos Canhão poderão ser vistas e apreciadas, na Galeria Augusto Bértholo, até ao domingo, dia 26.

Tournée
MADREDEUS

24 de Julho
Vila Real de Santo António
 Largo Marquês de Pombal

28 de Julho
Lisboa
 Teatro Maria Matos

SUGESTÃO

ACORDEÃO REI POR UMA NOITE

Os bascos Iñaki Dieguez (acordeão) e Júlio Bravo (violino), bem como os russos do Duo Semyonov (acordeão e domra) prometem mergulhar em sons de encantar a vila de Óbidos e em particular a Praça de Santa Maria, com a actuação agendada para este sábado, dia 25, pelas 21 e 30. Trata-se de um evento integrado na V Semana Internacional do Acordeão, que decorre até ao dia 26 deste mês.

Iñaki Dieguez é um concertista basco de 25 anos de idade nascido em Irum. Começou os estudos de acordeão aos nove anos com o professor Angel Manuel Belio.

De entre os vários prémios conquistados ao longo da sua carreira destacou-se um primeiro lugar no Festival de Guipuzcoa e o Grande Prémio de França em Duos, o primeiro lugar no Certame Guipuzcoano e o terceiro prémio no Festival Mundial de Acordeão.

Júlio Bravo é natural de San Sebastián e frequentou a Escola Superior de Música da cidade onde obteve o título de professor com a classificação de «excelente».

Quanto ao casal formado por Natália e Wietsheslaw, ele constituiu o Duo Semyonov, considerado um dos maiores expoentes do acordeão mundial, bem como do «domra», um instrumento tradicional russo.

Com entradas gratuitas, este concerto reúne, indubitavelmente, todas as condições para se assumir como um ponto de referência de entre os dez que integram a V Semana Internacional do Acordeão.

Por tudo isto, não falte!!!

POEMA DA SEMANA Selecção de Carlos Carranca

Constatação

*Quisemos explicar tudo:
 O Verão, a Primavera e o Entrudo...*

*Agora temos na mão
 uma enorme bola de sabão
 e o anão que vestiu um sobretudo.*

Luiz Goes

6ª FILA

Manuel dos Santos



O ELOGIO DA LOUCURA !

É difícil, com a aceleração verificada na parte final do ano político, eleger o acontecimento ou facto mais patético, mais insensato ou mais louco de 1998. Reconheço que a sucessão interminável de asneiras do presidente do S.L. e Benfica e, nomeadamente, o recente spot televisivo de apelo à solidariedade financeira emitido pela SIC é um bom candidato ao troféu.

Com efeito, dificilmente se poderia juntar maior hipocrisia e falta de verdade, num condensado de escassos minutos. Prosseguindo na sua insensata campanha de isolamento do clube, que é ainda a maior referencia associativa portuguesa, o Dr. Vale de Azevedo, acusa agora também o governo em participar numa tentativa de eliminação da gloriosa instituição. Como se fosse um crime velar pelo cumprimento escrupuloso da lei e, sobretudo, pela igualdade de todos perante a mesma lei.

Não me parece que este seja um acontecimento apenas burlesco ! Se bem avalio as intenções, estamos perante uma sucessão de factos e de acontecimentos da maior gravidade, no terreno político e social, cuja verdadeira dimensão só será co-

nhecida mais tarde. Espero que não seja tarde de mais e por isso convém que estejamos atentos ! Mas, indiscutivelmente, o grande fornecedor de factos burlescos continua a ser o PSD e, muito em especial, o seu transitório leader.

A lista de escolha é praticamente inesgotável. Optei contudo por eleger a "inteligente" iniciativa de abrir uma guerra com o governo a propósito dos grupos económicos e traduzir essa guerra num requerimento de inquérito parlamentar.

Como não podia deixar de ser a inquirição fez-se (ou melhor está-se a fazer) e é doloroso assistir à dificuldade dos deputados do PSD na respectiva Comissão.

Desde logo, porque não sabem o que querem e não "fizeram o trabalho de casa". Depois, porque o que vai sendo apurado, orienta-se exactamente no sentido contrário aos interesses político-partidários do PSD.

Por exemplo, no caso concreto de eventual favorecimento do governo à SONAE, a propósito de investimento na rede de distribuição no Brasil (através do IPE) tem sido claramente provado a inexistência de tal favorecimento e os agentes da prova (para

lá dos documentos em posse da Comissão) são curiosamente os testemunhos de dois antigos membros do governo de Cavaco Silva.

Que mais poderá suceder aos pobres deputados do PSD ! Naturalmente carregar a cruz que o seu leader lhes atribui, à espreita de todos os momentos oportunos para a chicana parlamentar ou de momentos de desvio da atenção mediática que lhes permita sair da cena, sem dar muito nas vistas.

Prevejo aliás que este Inquérito não chegará ao fim "por falta de comparência" dos deputados do PSD.

Uma verdadeira loucura ! Por vezes tenho a sensação que o Prof. Marcelo mantém a personalidade do miúdo ladino que se esmera em roubar as tigelas de marmelada à mamã e se ri muito dos seus desmandos.

E hoje à falta da marmelada, congemina permanentemente a forma mais divertida de comprometer os seus deputados e, na sua intimidade, liberta estridentes gargalhadas de puro gozo e maldade.

Ou será que é de loucura ?

PS - Vamos todos a banhos, está bem ? Até Setembro.

«O partido não se empenhou de forma organizada na campanha (do aborto), cometendo um erro político que teve um preço elevado: a derrota.»

Alberto Martins

Expresso, 18 de Julho

«Uma opinião crítica e livre não pode ser vista como um estorvo ao desenvolvimento do partido.»

Idem, ibidem

«Este é um governo de mudança, que tem exercitado uma nova cultura democrática.»

Idem, ibidem

«Há uns anos achava que toda a gente era intrinsecamente boa. Agora não tenho a mínima dúvida que a mesma pessoa a quem estou a ensinar, daqui a dois meses, está a dizer que eu não valho nada.»

Edson Athayde

DNA, 18 de Julho

«A Expo é um acontecimento extremamente popular, do qual se sai com um justíssimo orgulho. E estão lá (os portugueses) muito civilizadamente porque sabem que estão num espaço civilizado. Mas há mais, e mais importante: a presença entre os visitantes de um número extraordinário de jovens.»

Eduardo Prado Coelho

Público, 17 de Julho



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macao	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macao	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Director-adjunto
José Manuel Viegas
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo

1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N° 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo

1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda, Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4°, Massamá, 2745 Queluz